

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 10 de junho de 2026 • Nº 2315 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CASO SEJA ELEITO

LULA MARQUES/ABRASIL



POLÊMICA

TSE suspende julgamento de censura de Kassio a pesquisa

Após pedido de vista da ministra Estela Aranha, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) suspendeu o julgamento da liminar do ministro Kassio Nunes Marques que proibiu novas divulgações de pesquisa AtlasIntel que apontou queda de seis pontos percentuais na intenção de voto no senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para a presidência da República. An-

tes da suspensão, apenas Nunes Marques votou. Ele defendeu a manutenção da decisão e também propôs que a Corte defina critérios mais rígidos para as pesquisas eleitorais. O ministro Dias Toffoli também defendeu a criação de parâmetros em relação ao futuro. "Não estamos a julgar esta pesquisa, esta já foi divulgada e já surtiu efeito. **PÁGINA 11**

COMBUSTÍVEL



Flávio promete castração química para estupradores

O senador Flávio Bolsonaro (foto), pré-candidato à Presidência pelo PL, afirmou ontem, que, se eleito, trabalhará pela aprovação da castração química para estupradores. Ele também reafirmou seu apoio à redução da maioria penal. "Juntos, vamos libertar o povo brasileiro desse poder paralelo, desses narcotraficantes. Porque vamos deixar eles muito mais tempo presos. Nós vamos reduzir a maioria penal. A gente vai aprovar castração química pra estuprador", declarou, durante discurso na Bahia Farm Show. O evento é a maior feira agropecuária do Nordeste realizada pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) em Luís Eduardo Magalhães, no oeste do Estado. Flávio tem dito que será "radical" na segurança pública e tem defendido a construção de presídios como forma de reduzir a criminalidade. "Vamos libertar cada baiano que hoje mora em uma área dominada por esses narcoterroristas. **PÁGINA 10**

Governo prevê elevar mistura de etanol na gasolina para até 32%

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (foto), anunciou, ontem, que submeterá ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) uma proposta para elevar a mistura de etanol anidro na gasolina dos atuais 30% (E30) para até 32% (E32). A medida atende a uma demanda do setor de biocombustíveis e deve ser avaliada nos próximos 15 dias. A declaração ocorreu

após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, outros ministros de Estado e líderes de associações e empresários do setor, no Palácio do Planalto. "Sabemos que podemos ir até E35, mas os estudos técnicos necessários para se avançar na mistura nos permitem ir até o E32. Foi uma reivindicação trazida hoje pelo setor", disse Silveira. **PÁGINA 2**

DUQUE DE CAXIAS

Líder do CV que coordenava roubo de cargas é preso

Policiais da Delegacia de Duque de Caxias e da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Baixada Fluminense prenderam, na segunda-feira passada, Wagner William Amâncio, o Waguinho, de 32 anos, considerado uma das lideranças do Comando Vermelho (CV), no Parque das Missões, em Duque de Caxias. De acordo com as investigações, o criminoso era responsável por coordenar e gerenciar o roubo de cargas na Baixada Fluminense. **PÁGINA 9**

EMENDAS PIX

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



Dino impõe multa diária por falta de transparência

O ministro Flávio Dino (foto), do Supremo Tribunal Federal determinou ontem, a aplicação de multa diária a estados e municípios que não prestarem contas sobre o uso de emendas Pix destinadas à realização de eventos entre 2020 e 2024. A multa foi fixada em 1% do valor da emenda recebida e permanecerá em vigor até que as pendências sejam regularizadas. Estão sujeitos à penalidade governos que permanecerem sem apresentar planos de trabalho. **PÁGINA 10**

INDICADORES

IBOVESPA -0,21% / 168.668,72 / -350,40 / Volume: 20.997.211.073 / Negócios: 3.535.418				Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo									
Mais Negociados				Majores Altas				Majores Baixas				Fechamento		Ufir-RJ		IPCA-15		CDI			
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%										
CSAN3	3,43	-4,46	-0,16	CBEE3F	22,00	+43,79	+6,70	HBSA3F	2,910	-14,41	-0,490	Dow Jones	50.786,01	-0,16	R\$ 1.621,00	0,84% (mai.)	EURO turismo	Compra: 6,0503	Venda: 6,2303		
B3SA3	15,22	-1,23	-0,19	CBEE3	21,90	+43,04	+6,59	SEQL3F	0,070	-12,50	-0,010	S&P 500	7.405,73	+0,30	R\$ 4,9604	0,62% (mai.)	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1695	+0,88%		
RAIL3	13,52	-3,01	-0,42	RVEE3F	1,070	+16,30	+0,150	AZUL99	6,100	-12,23	-0,850	US Tech 100	28.604,4	+1,43	14,50%	(29/04)	14,40%	DÓLAR comercial	Compra: 5,1792	Venda: 5,1798	
PETRA4	41,22	+0,81	+0,33	TPIS3	10,68	+15,46	+1,43	ENMT4F	38,00	-10,59	-4,50	Euronext 100	1.864,94	+0,39	0,1689%	(09/06)	R\$ 722,80	BM&F/grama/RJ	Compra: 5,1792	Venda: 5,1798	
CMIG4	10,76	-1,10	-0,12	FSRF11F	0,08	+14,29	+0,01	PLAS3	2,62	-10,58	-0,31	CAC 40	8.199,29	-0,23	0,6697%	(09/06)	Compra: 5,9717	Venda: 5,9323	EURO Comercial	Compra: 5,2110	Venda: 5,3910
												FTSE 100	10.373,2	+0,05							

MERCADOS

Bovespa volta a subir por expectativa de acordo entre EUA e Irã

GUSTAVO NICOLETTA/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) que na segunda renovou o menor nível de fechamento desde o fim de janeiro, voltou a subir ontem, depois que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, indicou que pode haver um acordo de paz entre o país e o Irã nos próximos dias. O mercado se ajustou a esse cenário reduzindo as apostas em juros mais altos, o que abriu espaço para uma pequena recuperação da Bolsa.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em alta de 0,68%, aos 169.813,15 pontos, com giro financeiro de R\$ 25,194 bilhões.

DÓLAR

O dólar à vista escalou a

R\$ 5,19, no maior nível intradia desde 30 de março, na tarde de ontem, assim que o presidente Donald Trump disse que os Estados Unidos responderiam ao ataque do Irã que derrubou um helicóptero do país. Com o passar das horas, porém, sem confirmação de retaliação, o estresse do mercado diminuiu, ajudado também pela perda de força do dólar frente a pares fortes.

O dólar à vista fechou a R\$ 5,1775 (-0,05%), após mínima de R\$ 5,1508 (-0,56%) pela manhã e máxima de R\$ 5,1935 (+0,2%) à tarde. Por volta das 17h, o contrato futuro do dólar para julho cedia 0,36%, a R\$ 5,2050, e o índice DXY, que mede a divisa americana contra seis pares fortes, recuava 0,08%.

MRE

Brasil abre 13 novos mercados para produtos agropecuários

ISADORA DUARTE

O Brasil poderá exportar produtos agropecuários para 13 novos mercados, informaram o Ministério da Agricultura e o Ministério das Relações Exteriores, em nota conjunta. As aberturas foram formalizadas após a conclusão dos protocolos sanitários entre o governo brasileiro e os de cada país. Os acordos envolvem Argentina, Bolívia, El Salvador, Equador, Etiópia, Guiana, Honduras, Nicarágua, Nigéria, Paraguai, República Dominicana, Venezuela e União Econômica Euroasiática.

A Argentina abriu seu mercado para semente de paca-caranha (*Piaractus mesopotamicus*) do Brasil, enquanto a Bolívia permitiu a entrada de couro bovino salgado brasileiro. El Salvador autorizou a importação de material genético bovino do Brasil.

Para o Equador e República Dominicana, o Brasil poderá

exportar milho pipoca, enquanto para a Guiana obteve aval para sementes de coco. Honduras, por sua vez, liberou a entrada de material genético bovino e mudas de cana-de-açúcar do Brasil. Nicarágua deu aval a sementes de pimenta habanero.

O Paraguai autorizou a entrada de sementes de mamona do Brasil, enquanto a Venezuela liberou a importação de sementes de maracujá. Para a Etiópia, o Brasil poderá exportar farinhas e gorduras de pescado, ruminantes e de outros animais e hemoderivados para alimentação animal. A Nigéria abriu o mercado para ovos férteis.

A União Econômica Euroasiática, composta por Rússia, Belarus, Casaquistão, Quirguistão e Armênia, aprovou a exportação de castanha de caju brasileira.

No ano, o País acumula 114 aberturas de mercado para produtos do agronegócio nacional.

BLOCOS

Câmara aprova acordo de livre comércio do Mercosul com EFTA

GABRIEL MÁXIMO E VICTOR OHANA/AE

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em votação simbólica, o projeto de decreto legislativo (PDL) que ratifica o acordo de livre comércio do Mercado Comum do Sul (Mercosul) com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco formado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. A proposta agora será analisada pelo Senado.

Assinado em 16 de setembro de 2025, o acordo entrará em vigor e produzirá efeitos jurídicos

no primeiro dia do terceiro mês seguinte à notificação da conclusão dos trâmites internos por ao menos um país da EFTA e um país do Mercosul. O governo brasileiro estima que o tratado pode gerar um aumento de R\$ 660 milhões no investimento para o Brasil.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, pelo lado brasileiro, ocorrerá a liberalização de aproximadamente 97% do comércio com a EFTA em livre comércio e cerca de 1,2% via desgravação parcial, como quotas e preferências fixas.

COMBUSTÍVEL

Governo prevê aumento de etanol na gasolina para até 32%

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou, ontem, que submeterá ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) uma proposta para elevar a mistura de etanol anidro na gasolina dos atuais 30% (E30) para até 32% (E32). A medida atende a uma demanda do setor de biocombustíveis e deve ser avaliada nos próximos 15 dias.

A declaração ocorreu após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, outros ministros de Estado e líderes de associações e empresários do setor, no Palácio do Planalto.

“Sabemos que podemos ir até E35, mas os estudos técnicos necessários para se avançar na mistura nos permitem ir até o E32. Foi uma reivindicação trazida hoje pelo setor”, disse Silveira.

De acordo com o ministro, a iniciativa faz parte da agenda de descarbonização e fortalecimento da segurança energética do país, impulsionada pela Lei Combustível do Futuro, que incentiva a produção e uso de combustíveis sustentáveis. Ele destacou que o aumento da mistura reduzirá a dependência externa do país, estimando uma economia de 450 milhões de litros de gasolina importada.

“É segurança energética, é modicidade no preço do combustível, é descarbonização, é desenvolvimento nacional, é mais plantio, é mais emprego, é mais renda. São políticas públicas focadas no desenvolvimento do país”, afirmou Silveira, reforçando que a medida ainda minimiza as oscilações de preço dos combustíveis causadas por conflitos internacionais.

Representantes da indústria de biocombustíveis que participaram do encontro classifica-

ram a reunião como muito produtiva e reforçaram o papel do etanol na segurança energética do país e na redução de preços ao consumidor.

“Hoje, o litro do etanol custa em média R\$ 2,40 menos do que o litro da gasolina. Ou seja, um aumento da mistura de 2% vai trazer uma redução equivalente a essa para o consumidor”, explicou o presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), Evandro Gussi.

Ele acrescentou que, nos últimos três meses, desde o início do conflito no Irã, a diferença de preço entre etanol e gasolina gerou uma economia de cerca de R\$ 2 bilhões aos consumidores brasileiros e evitou o gasto de R\$ 8 bilhões do país com importações de gasolina.

Sobre os debates em torno do comportamento dos motores com a nova composição do combustível, Gussi garante a

viabilidade técnica da mudança e destacou que a mistura de 32% já foi testada com sucesso quando houve o aumento para 30%, em junho do ano passado.

Ainda, sobre a permanente demanda por etanol anidro no país e os impactos na produção agrícola, o presidente da Bioenergia Brasil, Mário Campos, afirmou que as políticas públicas estruturadas nos últimos anos impulsionaram o setor. Para este ano, ele projeta um acréscimo de mais de 4 bilhões de litros de etanol na produção.

“Então, é uma oportunidade para o Brasil, para descarbonizar ainda mais a nossa matriz de transporte, e para o consumidor brasileiro é um excelente momento de, realmente, utilizar a tecnologia que ele tem no veículo e optar por etanol, que está mais barato do que a gasolina em diversas regiões”, disse Campos.

BANCO CENTRAL

Poupança tem entrada líquida de R\$ 2,6 bilhões em maio

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O saldo da aplicação na caderneta de poupança subiu em maio deste ano, com registro de mais depósitos do que saques. As entradas superaram as saídas em R\$ 2,6 bilhões, de acordo com relatório divulgado ontem pelo Banco Central (BC).

No mês passado, foram aplicados R\$ 368,4 bilhões, contra saques de R\$ 365,8 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 6,2 bilhões. O saldo da poupança é de pouco mais de R\$ 1 trilhão.

Esta é a primeira vez, neste

ano, que a poupança tem entrada líquida. Nos últimos anos, a caderneta vem registrando mais saques que depósitos. Em 2023 e 2024, as retiradas líquidas foram de R\$ 87,8 bilhões e R\$ 15,5 bilhões, respectivamente. No ano passado, o saldo negativo da poupança chegou a R\$ 85,6 bilhões.

Nos primeiros cinco meses deste ano, a caderneta já acumula R\$ 39,1 bilhões em retiradas líquidas. Entre as razões para os saques está a manutenção da Selic – a taxa básica de juros – em alta, o que estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho.

De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos.

Na última reunião, no mês de abril, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC fez um corte de 0,25 ponto percentual na Selic, pela segunda vez, para 14,5% ao ano. Apesar das tensões causadas pela guerra no Oriente Médio e das expectativas de inflação em alta, a autoridade monetária manteve o ciclo de redução da taxa básica, mas não deu pistas sobre a evolução dos juros.

A Selic é o principal instrumento do BC para garantir que a

meta de 3% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, seja alcançada. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Em abril, o preço dos alimentos pressionou a inflação oficial, que fechou em 0,67%. O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,39%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda dentro do teto da meta de inflação.

ENDIVIDAMENTO

Novo Desenrola já beneficiou mais de 6 milhões de pessoas, diz Dario Durigan

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O Novo Desenrola, programa do governo federal voltado à renegociação de dívidas de pessoas físicas, já beneficiou, nos primeiros dias do programa, mais de 6 milhões de pessoas e famílias, segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan (foto).

Deste total, cerca de 4 milhões de pessoas tiveram suas dívidas quitadas.

“São pessoas com dívidas pequenas de até R\$ 100”, detalhou o ministro da Fazenda ontem, durante entrevista concedida ao portal UOL.

O Novo Desenrola Brasil foi criado com o objetivo de reduzir a inadimplência e facilitar a recuperação do crédito. A iniciativa beneficia principalmente brasileiros de baixa e média renda, em especial quem ganha até cinco salários mínimos e tem dívidas bancárias em atraso.

Para tanto, são oferecidas

condições mais favoráveis do que as disponíveis no mercado para quitar ou parcelar débitos.

Entre suas principais características estão descontos que podem chegar a até 90% sobre o valor da dívida e juros reduzidos (limitados a cerca de 1,99% ao mês). O parcelamento pode ser de até 48 meses.

Há também a possibilidade de uso de parte do FGTS para abater débitos e a “desnegativação” de consumidores com dívidas de pequeno valor.

JUROS

Durante a entrevista, Durigan disse que a alta taxa de juros cobrada no Brasil é algo que, de fato, tem prejudicado as pessoas, mas que, por meio do programa, o governo tem ajudado a população a lidar com essa situação.

“Dados desta manhã mostram que mais de 6 milhões de pessoas e famílias já foram bene-

JOSÉ CRUZ/ABRASIL



ficiadas pelo Novo Desenrola logo nos primeiros dias do programa”, disse o ministro ao lembrar que essa é uma mobilização nacional que tem previsão de se encerrar no dia 2 de agosto.

Segundo Durigan, “cerca de 4 milhões de pessoas foram negativas por terem dívidas pequenas, de até R\$ 100; e 1,1 milhão de pessoas já pagaram suas dívidas à vista, com descontos médios superiores a 80%”.

“Essas pessoas limparam o nome e estão novamente aptas a consumir”, ressaltou.

JUROS

O ministro da Fazenda negou que os juros no país estejam altos porque o governo gasta muito.

“Eles decorrem de desarranjos causados, em grande parte, pela guerra [dos EUA e de Israel contra o Irã]. Por isso, enquanto houver esse cenário, estamos adotando medidas de subvenção [de preços], como a da gasolina”, acrescentou ao reafirmar que, do ponto de vista fiscal, nada foi alterado.

“Nossas metas serão cumpridas”, concluiu o titular da Fazenda.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-ClaroRua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

ATRIA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 da Atria Investimentos e Participações S.A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 20 de maio de 2026. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Milhares de reais)

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	479.756	344.912	15	104	Fornecedores	16	28.428	36.024	12	13
Aplicações financeiras	5	5.775	5.434	-	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	31.617	27.151	-	-
Contas a receber	6	147.331	89.252	74.801	29.642	Obrigações fiscais	18	7.701	10.089	2	-
Estoques	7	117.609	123.527	-	-	Salários, encargos e obrigações sociais	19	13.464	13.758	-	-
Créditos tributários	8	5.683	27.617	3.360	1.057	Adiantamentos de clientes	-	5.600	2.706	-	-
Adiantamentos a fornecedores	9	7.861	11.624	6	-	Passivo financeiro – Concessão de serviços públicos	10	15.096	-	-	-
Despesas antecipadas	-	3.032	6.120	-	2	Outros passivos	20	-	11.238	-	9.124
Ativo financeiro – concessão de serviços públicos	10	-	32.012	-	-	Total do passivo circulante		101.906	100.966	14	9.137
Outros ativos	11	3.480	4.524	284	284	Passivo não circulante					
Total do ativo circulante		770.527	645.022	78.466	31.089	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	708.186	667.729	589.858	575.586
Ativo não circulante						Obrigações fiscais	18	6.772	10.671	-	-
Contas a receber	6	2.315	4.270	-	-	Partes relacionadas	13	53.883	44.329	26.874	44.304
Ativo disponível para venda	12	-	88.242	-	-	Provisão para demandas judiciais	21	401	12.402	-	-
Impostos diferidos ativos	8	9.238	29.488	-	67	Impostos diferidos	22	251.621	271.948	-	-
Outros ativos	10	-	6.976	-	-	Provisão para perda de investimentos	14	-	-	1.442	1.442
Partes relacionadas	13	79.737	60.945	194.991	203.082	Outros passivos	20	72.495	32.246	43.216	-
Investimentos	14	8.749	78.525	767.689	753.937	Total do passivo não circulante		1.093.358	1.039.325	661.390	621.332
Outros investimentos	-	-	2.350	-	-	Patrimônio líquido					
Imobilizado	15a	429.273	316.185	-	2.172	Capital social	-	2.206.172	2.206.172	2.206.172	2.206.172
Intangível	15e	275.010	269.302	-	-	Reservas de lucros	-	149.881	149.881	149.881	149.881
Total do ativo não circulante		804.322	856.283	962.680	959.258	Resultados abrangentes	-	(428.502)	(425.411)	(428.502)	(425.411)
Total do ativo		1.574.849	1.501.305	1.041.146	990.347	Prejuízos acumulados	-	(1.547.809)	(1.570.764)	(1.547.809)	(1.570.764)
						Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		379.742	359.878	379.742	359.878
						Participação de não controladores	-	(157)	1.136	-	-
						Total do patrimônio líquido		379.585	361.014	379.742	359.878
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.574.849	1.501.305	1.041.146	990.347

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	24	765.241	1.618.745	-	-
Custos dos serviços prestados	25a	(365.510)	(1.434.116)	-	-
Lucro bruto		399.731	184.629	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	25b	(293.439)	(179.226)	(9.942)	(1.510)
Despesas tributárias	-	(11.905)	(11.579)	(621)	(162)
Depreciações	-	(12.053)	(15.116)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	14	(1.267)	32.995	24.603	43.313
Outros resultados operacionais	26	3.783	(781)	22.885	4.325
		(314.881)	(173.707)	36.925	45.966
Lucro antes do resultado financeiro		84.850	10.922	36.925	45.966
Receitas financeiras		34.026	35.396	1.260	65
Despesas financeiras		(49.389)	(64.939)	(15.230)	(24.925)
Resultado financeiro líquido	27	(15.363)	(29.543)	(13.970)	(24.860)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		69.487	(18.621)	22.955	21.106
Impostos de renda e contribuição social - Corrente		(42.677)	(44.165)	-	(32.292)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos		(4.295)	51.348	-	-
	28	(46.972)	7.183	-	(32.292)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		22.515	(11.438)	22.955	(11.186)
Prejuízo atribuível a:					
Acionistas controladores		22.955	(11.186)	22.955	(11.186)
Acionistas não controladores		(440)	(252)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		22.515	(11.438)	22.955	(11.186)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		69.487	(18.621)	22.955	21.106
Ajustes por:					
Depreciação do imobilizado	15b	17.802	16.686	-	-
Amortização do intangível	15e	11.409	14.697	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	14	1.267	(32.995)	(24.603)	(43.313)
Outras movimentações	-	(850)	2.677	-	2.677
Juros de empréstimos e financiamentos	17d	29.314	43.127	14.272	24.886
Avaliação patrimonial	14.b	(3.091)	(3.464)	(3.091)	(3.464)
Provisão para demandas judiciais	-	(12.001)	(4.079)	-	-
Baixas nos investimentos	14	69.948	30.103	69.947	44.412
Baixas de ativo destinado à venda, imobilizado e intangível	-	100.639	28.488	2.172	-
Resultado do exercício - ajustado		283.924	76.619	81.652	46.305
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber	-	(58.079)	59.637	(45.159)	(29.642)
Estoques	-	5.918	(50.595)	-	-
Créditos tributários	-	42.184	6.054	(2.236)	31.355
Adiantamentos a fornecedores	-	3.763	54.919	(6)	27
Outros ativos e despesas antecipadas	-	47.425	12.541	2	-
Partes relacionadas	-	(9.238)	8.189	33.877	(88.473)
Fornecedores	-	(7.596)	(4.318)	(1)	4
Obrigações fiscais	-	(73.586)	14.214	2	(32.293)
Salários, encargos e obrigações sociais	-	(294)	1.005	-	-
Adiantamento de clientes e outros passivos	-	47.001	(15.681)	(9.124)	9.124
Caixa líquido gerado pelas (consumidos nas) atividades operacionais		281.422	162.584	59.007	(63.593)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	17d	(8.961)	(9.936)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		272.461	152.648	59.007	(63.593)
Fluxo de Caixa das atividades de investimento					
Aquisição/Baixa de ativo imobilizado e intangível	15	(160.406)	(111.400)	-	(2.172)
Aquisição de controlada	14	(1.439)	-	(59.096)	-
Dividendos recebidos	14	-	-	-	65.850
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos		(161.845)	(111.400)	(59.096)	63.678
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	37.043	1.412	-	-
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(12.474)	(41.654)	-	-
Caixa líquido consumido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos		24.569	(40.243)	-	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		135.185	1.005	(89)	85
Variação de caixa e equivalentes de caixa:					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	350.346	349.341	104	19
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	485.531	350.346	15	104
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		135.185	1.005	(89)	85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		22.515	(11.438)	22.955	(11.186)
Outros resultados abrangentes					
Ajuste de avaliação patrimonial - investidas	23d	(3.091)	(3.464)	(3.091)	(3.464)
Total do resultado atribuível aos acionistas		19.424	(14.902)	19.864	(14.650)
Acionistas não controladores	-	(440)	(252)	-	-
Total do exercício abrangente do exercício		18.984	(15.154)	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

	Notas	Capital social		Reserva de lucros	Resultado abrangente	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar						
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.206.635	(463)	149.881	(421.947)	(1.562.255)	371.851	(157)	371.694
Outras movimentações	-	-	-	-	-	2.677	2.677	-	2.677
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	1.545	1.545
Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexo	-	-	-	-	(3.464)	-	(3.464)	-	(3.464)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(11.186)	(11.186)	(252)	(11.438)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.206.635	(463)	149.881	(425.411)	(1.570.764)	359.878	1.136	361.014
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(853)	(853)
Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexo	-	-	-	-	(3.091)	-	(3.091)	-	(3.091)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.955	22.955	(440)	22.515
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.206.635	(463)	149.881	(428.502)	(1.547.809)	379.742	(157)	379.585

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1. Objeto social: A Atria Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. ("QGDN") é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Somah Investimentos e Participações S.A., (anteriormente denominada Queiroz Galvão S.A.), tendo sido criada em 1º de fevereiro de 1998, e tem sede na Rua Santa Luzia, nº 651, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, como parte de um amplo processo de reestruturação, novos planos estratégicos e de realinhamento das operações por áreas de atividade. Neste contexto, a Companhia tem como objetivo participação como acionista ou quotista no capital de outras empresas; e outras atividades afins e correlatas. **1.2. Operações da Companhia:** As subsidiárias diretas da Atria Investimentos e Participações S.A. e suas respectivas áreas de negócios são: **Timbaúba S.A.:** A Timbaúba S.A. ("Timbaúba") tem como atividades a agricultura irrigada, industrialização de produtos agrícolas próprios e de terceiros, com destaque para a produção de sucos concentrados, diluídos e de bebidas; a comercialização, inclusive exportação de produtos próprios e de terceiros. **Potiporã Alimentos Ltda.:** A Potiporã Alimentos Ltda. tem como finalidade a industrialização, comercialização, importação e exportação de alimentos, inclusive de matérias-primas e bens utilizados em qualquer fase do processo industrial. **Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.:** A Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. ("Tamoios") tem como objetivo exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de operação e manutenção dos trechos da Rodovia SP 099. **COSIMA – Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda.:** Tem como atividade a produção e comercialização, inclusive importação e exportação, de ferro gusa, carvão vegetal e de produtos siderúrgicos em geral e seus subprodutos. Em 11 de dezembro de 2025 o controle acionário foi transferido para a Guarany Siderurgia e Mineração. **Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré:** Tem como atividade a produção e comercialização, inclusive importação e exportação, de ferro gusa, carvão vegetal e de produtos siderúrgicos em geral e seus subprodutos. Em julho de 2024, foi alienada para a QGSEE Comércio e Construção S.A. uma participação de 2,00% pertencente à Atria Investimentos e Participações S.A. Em 11 de dezembro de 202

ATRIA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

consolidadas da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública; Divulgação. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **a) Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e suas controladas possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5. **b) Instrumentos financeiros: i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **iii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **iv) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **c) Contas a receber:** Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituirá provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **d) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos produtos é valorizado pelo custo médio e inclui gastos incorridos pela aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. **e) Créditos tributários e obrigações fiscais:** Os créditos tributários são mensurados ao custo, acrescidos por eventuais atualizações monetárias, quando aplicável, conforme regulamentação específica de cada tributo. São reconhecidos quando há certeza de que os valores serão recuperados, seja por compensação com tributos a pagar ou por restituição e ajustados por eventuais provisões para perdas, caso haja incerteza na recuperação total dos valores. Os créditos tributários são apresentados no ativo circulante, quando a recuperação é esperada dentro de 12 meses, ou no ativo não circulante, quando a recuperação é esperada após esse período. **f) Adiantamentos a fornecedores:** Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais para aquisição de materiais e insumos. **g) Outros ativos:** Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais para aquisição de materiais e insumos. Correspondem também às despesas antecipadas representam valores pagos antecipadamente pela Companhia em relação a bens ou serviços que serão consumidos em períodos subsequentes. Essas despesas são reconhecidas no ativo circulante e não circulante e apropriadas no resultado de forma sistemática e proporcional ao longo do período em que os benefícios econômicos são auferidos e em conformidade com o regime de competência. **h) Transações entre partes relacionadas:** Os empréstimos/conta corrente entre partes relacionadas são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Os empréstimos/conta corrente entre partes relacionadas são classificados como ativo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do ativo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **i) Concessão de serviços públicos:** O ativo ou passivo financeiro está demonstrado como o reconhecimento do aporte a receber do Poder Concedente para as obras de infraestrutura pela controlada Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. A nova pista para duplicação do Trecho Serra da SP 099 (Ampliação principal) que, de acordo com o disposto no contrato de Concessão Patrocinada e ajustado conforme TAM nº 01/2017, em fevereiro de 2017, será efetuado por 68 meses, sendo posteriormente prorrogado para o mês de fevereiro de 2022. Em 27 de agosto de 2021 por intermédio da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 6, foi transferido ao escopo da Concessionária a obrigação contratual originalmente atribuída ao Poder Concedente de execução das obras remanescentes dos Contornos Viários de Caraguatubá e São Sebastião, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. Conforme ICPC 01 (R1), durante a fase de construção, o ativo operador (que representa seu direito acumulado a ser pago pelo fornecimento/prestação de serviços de construção) deve ser classificado como ativo financeiro quando ele representar caixa ou outro Ativo Financeiro devido pelo Poder Concedente, ou conforme sua instrução. O passivo financeiro surge quando os recebimentos superam os custos incorridos no período, sendo realizados no período subsequente. **j) Ativo disponível para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda se o objetivo da administração for a destinação para venda, tais ativos são mensurados a valor justo conforme CPC 31. **k) Investimentos e provisão para perda em investimentos:** Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas, controlada em conjunto e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante), consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Coligadas e controladas em conjunto são investimentos onde a Companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia. O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada ou controlada em conjunto. **l) Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **m) Intangível:** A controlada Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A., reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, durante a fase de construção. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. Os ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tiveram sua amortização iniciada a partir da cobrança do pedágio, sendo o prazo equivalente à curva de demanda estimada.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*): Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos investimento, imobilizado e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **o) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **p) Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo. São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentadas no passivo circulante, quando a liquidação é esperada dentro de 12 meses, ou no passivo não circulante, quando a liquidação é esperada após esse período. **q) Salários, encargos e obrigações sociais:** Os pagamentos de benefícios tais como salário e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. **r) Adiantamentos de clientes e outros passivos:** Representam depósitos e/ou adiantamentos efetuados por instrumento contratual. Os referidos saldos são reconhecidos como receita quando da efetiva prestação de serviços. **s) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento sobre suas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, juros passivos sobre os empréstimos e financiamentos. **t) Demonstrações dos fluxos de caixa:** A Companhia determinou como prática contábil na preparação de suas demonstrações de fluxos de caixa que os juros pagos sobre empréstimos devem ser refletidos no grupo de atividades operacionais. **u) Uso de estimativas e julgamentos: i) Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício, estão contempladas a seguir: **ii) Provisão para demandas judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de suas controladas, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **iii) Provisão para manutenção:** Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela controlada Tamoios, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões é calculada, anualmente, por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para o ciclo de investimento – 05 anos), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, conforme a dívida da Concessionária. **iv) Contabilização de Contratos de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **v) Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **vi) Reconhecimento de receita: a) Vendas de produtos da controlada Timbaúba:**

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. **b) Receita de serviços da controlada Tamoios:** A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente, o valor da receita possa ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a controlada Tamoios. **c) Receita de construção da controlada Tamoios:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estas podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. **vii) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

4. Caixa e equivalente de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	27	170	-	-
Numerários em trânsito (i)	2.466	1.735	-	-
Banco conta movimento	3.672	4.360	15	104
Títulos de renda fixa (ii)	473.591	338.647	-	-
Total	479.756	344.912	15	104

(i) o saldo se refere a numerários recebidos dos clientes e, em função do *float* das instituições financeiras, só serão repassados à controlada Tamoios em data futura. (ii) o saldo de aplicações financeiras é composto em sua maioria por Certificados de Depósito Bancários (CDB) e foi apresentada uma rentabilidade de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (101% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação financeira				
Conta poupança (i)	5.775	5.434	-	-
Total	5.775	5.434	-	-

A controlada Tamoios possui saldo de aplicações financeiras em depósitos de poupança no valor de R\$ 5.775 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.434 em 31 de dezembro de 2024) que está relacionado ao licenciamento ambiental.

6. Contas a receber

a) Os valores do contas a receber de clientes, detalhados por atividade operacional:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Produtos siderúrgicos	-	4.715	-	-
Rodovias - concessão	16.662	15.659	-	-
Agroindústria	55.868	39.236	-	-
Outros (i) e (ii)	74.802	29.642	74.801	29.642
Total	147.331	89.252	74.801	29.642

(i) Valor refere-se a venda da participação na Cimar, conforme informações divulgadas na Nota Explicativa nº 1.

(ii) Valor em 2024 refere-se a venda de 100% da participação da Locav e Cimar conforme informações divulgadas na Nota Explicativa nº 1.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante				
Rodovias – concessão (iii)	2.314	4.269	-	-
Total	2.314	4.269	-	-

(iii) Em 2018 foi celebrado um contrato de locação de rede apagada com a empresa Multivale Engenharia e Serviços Ltda. A controlada Tamoios fornecerá um par de fibras ópticas apagadas e realizará a manutenção durante quinze anos, iniciados em 17 de dezembro de 2018. As quantias referentes às parcelas de 30% e 40% do valor total já foram recebidas, respectivamente, em dezembro de 2018 e abril de 2019. Os 30% restantes serão recebidos por meio de 15 parcelas anuais e serão reajustados pelo índice IGP-DI.

b) Os valores detalhados por vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vencido até 180 dias	9.222	6.413	-	-
Vencidos mais que 180 dias	7.737	6.654	-	-
A Vencer até 30 dias	32.847	9.924	-	-
A Vencer de 31 a 60 dias	19.640	28.703	-	-
A Vencer mais que 90 dias	77.884	37.558	74.801	29.642
Total	147.331	89.252	74.801	29.642

Os valores detalhados por empresa do Grupo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.	16.662	15.659	-	-
Timbaúba S.A.	55.868	39.236	-	-
CIA Siderúrgica Vale do Pindaré	-	4.715	-	-
Atria Investimentos e Participações S.A. (controladora)	74.801	29.642	74.801	29.642
Total	147.331	89.252	74.801	29.642

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

Os recebimentos dos clientes serão realizados conforme o cronograma definido nas negociações de crédito.

7. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Almoxarifado (i)			79.860	89.925
Produtos acabados (ii)			32.915	31.229
Insumos (iii)			4.834	2.373
Total			117.609	123.527

(i) Representado por material de uso e consumo na produção da controlada Timbaúba. (ii) Representada pela controlada Timbaúba S.A., com a atividade operacional na agroindústria e com seus principais produtos relacionados como água de coco e suco de uva envasados. (iii) Representada por material de embalagens e produtos intermediários da controlada Timbaúba.

8. Créditos tributários

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a compensar (i)	1.063	2.496	355	125
IRPJ/CSLL a recuperar (ii)	3.010	7.390	3.005	932
ICMS a recuperar (iii)	1.109	6.894	-	-
PIS/COFINS a compensar (ii)	501	10.837	-	-
Total	5.683	27.617	3.360	1.057

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante				
IRRF a compensar (i)	-	67	-	67
Impostos diferidos ativos (iii)	9.238	29.421	-	-
Total	9.238	29.488	-	67

(i) IRRF a compensar refere-se basicamente a Imposto Renda Retido na Fonte de aplicações financeiras e de retenções de notas fiscais emitidas por controladas; e (ii) A composição dos tributos a compensar no circulante possui basicamente das controladas Pindaré, Energia Verde, Cosima, Timbaúba e Tamoios em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2025, os tributos a compensar se referem às controladas Timbaúba e Tamoios. (iii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos da controlada Tamoios, constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal.

9. Adiantamentos a fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores Diversos (Timbaúba) (i)	6.916	8.062	-	-
Fornecedores diversos (Tamoios) (i)	576	3.115	-	-
Outros	369	447	6	-
Total	7.861	11.624	6	-

(i) O saldo de adiantamento de fornecedores é composto basicamente por valores adiantados a fornecedores de materiais e serviços aplicados nas construções em andamento.

10. Ativo e passivo financeiro – concessão de serviços públicos:

	31/12/2025		31/12/2024	
Saldo inicial Ativo				
Adições		32.012		34.276
Baixas		(215.675)		(1.268.891)
Saldo final Ativo		(183.663)		(1.234.615)
			31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial Passivo				
Adições (i)		15.096		-
Saldo final Passivo		15.096		-

O ativo e passivo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber e pagar caixa do Poder Concedente pela implantação da infraestrutura. O recebimento dos aportes segue o que está descrito no fluxo de desembolso das parcelas do Aporte de Recursos, conforme TAM nº 01/2017 (Ampliação Principal), TAM nº 05/2021 (Risco Geológico), TAM nº 06/2021 (Obra Civil Contornos), TAM nº 009 (Automação dos Contornos), TAM nº 010 (Passivo do Planalto Fase 1), TAM nº 012 (Risco Geológico Túneis de serviço e Ligação), TAM nº 015 (Passivo do Planalto Fase 2), TAM nº 017 (Acesso ao Porto de São Sebastião) e TAM nº 019 (Escolta armada). (i) O saldo registrado no passivo financeiro refere-se aos recebimentos no ano de 2025, que foram superiores aos custos incorridos. A maior parte desses valores está vinculada às obras de acesso ao porto de São Sebastião, que serão executadas no decorrer do exercício de 2026.

ATRIA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

11. Outros ativos

Consolidado	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a funcionários.....	3	-	-	-
Outros adiantamentos concedidos.....	3.477	4.524	1	6.977
Total	3.480	4.524	1	6.977

Controladora	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a receber.....	284	284	-	-
Total	284	284	-	-

12. Ativos disponíveis para venda

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Fazendas/Terrenos (i).....	-	88.242
Total	-	88.242

(i) Refere-se aos ativos das controladas Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré e Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda. disponibilizados para venda. Os ativos estão mensurados a valor justo conforme CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, aguardando liberação dos órgãos competentes para efetuar o compromisso de compra e venda conforme contrato assinado com a empresa Suzano. Em dezembro de 2025 a participação da Companhia nessas controladas foi transferido para a parte relacionada Guarany Siderurgia e Mineração S.A.

13. Partes relacionadas: a) Transações no balanço patrimonial: As transações com partes relacionadas não têm prazo definido e nem remuneração prevista.

Partes relacionadas	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A receber - ativo não circulante.....	79.737	60.945	194.991	203.082
A pagar - passivo não circulante.....	53.883	44.329	26.426	44.304

Consolidado	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Cosima Siderúrgica do Maranhão.....	-	525	-	-
Alya Construtora.....	-	6.147	-	-
Somah Investimentos S.A.....	-	11.035	410	-
Aquiles Global Corp.....	-	-	-	43.216
CIA Siderúrgica Vale do Pindaré.....	25.800	32.053	-	-
Guarany Siderurgia e Mineração S.A.....	13.721	2.969	8.585	-
Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário.....	-	-	11.635	-
Hormigon Offshore S.A.....	3.268	-	3.221	-
Estaleiro Atlântico Sul (i).....	35.949	-	35.949	-
Comporta Mineração Ltda.....	-	2.522	-	-
Outros.....	999	1.154	1.145	1.113
Total	79.737	53.883	60.945	44.329

Controladora	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Timbaúba S.A.....	117.070	-	86.532	-
Aquiles Global Corp.....	-	-	-	43.216
Somah Investimentos S.A.....	-	11.035	410	-
Queiroz Galvão Participações e Concessões S.A.....	-	148	148	-
Cimento Portland Participações S.A.....	-	323	323	-
CIA Siderúrgica Vale do Pindaré.....	26.247	5.045	22.215	-
Alya Construtora.....	-	6.147	-	-
Cosima Siderúrgica do Maranhão.....	-	525	35.362	-
Estaleiro Atlântico Sul (i).....	35.949	-	35.949	-
REP S.A.....	-	-	11.635	-
Hormigon Offshore S.A.....	3.268	-	3.221	-
Outros.....	12.457	3.651	7.287	1.088
Total	194.991	26.426	203.082	44.304

(i) Saldo decorrente com operação de mútuo, que está em processo de recuperação judicial-PRJ. As operações com partes relacionadas não possuem prazo de vencimento e não sofrem incidência de encargos ou qualquer taxa de remuneração.

14. Investimentos: a) Composição dos investimentos: Controladora

Empresas	Participação	31/12/2025		31/12/2024	
		Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial
Controladas					
Timbaúba S.A.....	100,00%	292.651	(56.595)	352.337	(28.556)
Potiporã Alimentos Ltda. (i).....	100,00%	1	-	1	-
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.....	100,00%	354.089	96.536	257.553	63.861
Companhia Siderúrgica do Maranhão S.A.....	100,00%	-	7.945	1.888	974
Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré (i).....	98,00%	-	(21.643)	63.309	(25.959)
Cristalina Investimentos (iv).....	100,00%	40	-	-	-
Energia Verde Produção Rural Ltda. (iii).....	100,00%	-	-	-	246
RBF Geração Energia S.A.....	100,00%	1	-	1	-
Somah Participações Empresariais S.A.....	100,00%	165	-	165	-
Locav Locadora Ltda. (ii).....	100,00%	-	-	-	17.405
Comporta Mineração Ltda. (v).....	100,00%	111.836	(373)	-	-
Headlight Vital Energia S.A.....	100,00%	158	-	157	-
Empreendimentos controlados em conjunto					
Cimento Portland Participações S.A.....	50,00%	3.012	(305)	1.880	(102)
CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.....	50,00%	-	(218)	70.165	17.932
Coligadas					
Concessionária Move São Paulo S.A. (i).....	39,79%	-	-	-	(915)
Viapar – Rodovia do Paraná S/A (i) (vi).....	24,08%	-	-	-	(1.573)
Concessionária Rio Teresópolis S.A.-CRT.....	21,35%	5.736	(744)	6.480	(1.573)
(a) Total dos investimentos		767.689	24.603	753.937	43.313

b) Movimentação do investimento:

Investidas	31/12/2024	Outras variações	Resultado		31/12/2025
			Abrangente / Dividendos	Equivalência Patrimonial	
Controladas					
Timbaúba S/A.....	352.337	-	(3.091)	(56.595)	292.651
Potiporã Alimentos Ltda.....	1	-	-	-	1
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.....	257.554	-	-	96.536	354.089
Cosima - Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda.....	1.888	(9.833)	-	7.945	-
Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré (ii).....	63.309	(41.666)	-	(21.643)	-
Cristalina Investimentos.....	1	40	-	-	40
RBF Geração Energia S/A.....	1	-	-	-	1
Somah Participações Empresariais S/A.....	165	-	-	-	165
Comporta Mineração Ltda.....	-	112.208	-	(373)	111.835
Headlight Vital Energia.....	157	1	-	-	158
Empreendimento controlado em conjunto					
Cimento Portland Participações S.A.....	1.880	1.438	-	(305)	3.013
CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.....	70.165	(69.948)	-	(218)	-
Coligadas					
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT.....	6.480	-	-	(744)	5.736
(a) Investimento líquido	753.937	(7.759)	(3.091)	24.603	767.689

(i) Em julho de 2024, o equivalente a 2,00% da participação da Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, 100,00% da participação da Potiporã Energia, 39,79% da participação da Concessionária Move São Paulo e 24,08% da participação da Viapar – Rodovia do Paraná foi alienada para QGSEE Comércio e Construção S.A. (ii) Em maio de 2024 a totalidade da participação da Locav Locadora Ltda. foi alienada para a Casa Fortis Investimentos e Participações S.A. (iii) Em julho de 2024 a Energia Verde Produção Rural Ltda. foi incorporada a Timbaúba S.A.

e) Movimentação intangível – Consolidado para 2025 podem ser assim demonstrados:

Conta	Taxas	31/12/2024		Custo de aquisição		31/12/2025
		Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final	
Direito de concessão de serviços públicos (*).....	1% e 69%	283.368	27.272	(10.155)	300.485	(14.697)
Pesquisa e desenvolvimento.....	-	631	-	-	631	-
Total		283.999	27.272	(10.155)	301.116	(14.697)

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização de dezembro 2025 foi de 0,22% (0,18% em 31 de dezembro de 2024).

Contrato de concessão – infraestrutura / Direito de exploração de jazidas: O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2023.....	225.490
(+) Adições.....	63.359
(-) Baixas.....	(4.850)
(-) Amortizações.....	(14.697)
Saldo em 31 de dezembro de 2024.....	269.302
(+) Adições (i).....	27.272
(-) Baixas.....	(10.155)
(-) Amortizações.....	(11.409)
Saldo em 31 de dezembro de 2025.....	272.010

(i) as adições de 2024 e 2025 referem-se as obras dos SAU 3 e 4 (Sistemas de Atendimento ao Usuário), WIFI (Equipamentos) e Freeflow; aquisição de novo investimento com direito a exploração a jazidas.

16. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais (Atria).....	12	13	12	13
Fornecedores nacionais (Pindaré).....	-	1.001	-	-
Fornecedores nacionais (Tamoios).....	5.554	10.364	-	-
Fornecedores nacionais (Timbaúba).....	22.862	24.646	-	-
Total	28.428	36.024	12	13

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures: a) Empréstimos, financiamentos e debêntures- Consolidado

Instituição Financeira/Modalidade	Encargos	31/12/2025		31/12/2024	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CCB (ii).....	TR + 0,5%	-	249.157	-	243.128
Confissão de dívida (ii).....	TR + 0,5%	-	340.701	-	332.458
Banco CNH Industrial CCB (iii).....	13,01%	2.141	29.621	6.571	5.210
Banco do Daycoval - Q.Sociedade Dup. Desc. (iv).....	-	17.639	-	-	-
Debêntures.....	7,81% + IPCA	11.837	88.707	20.580	86.933
Total		31.617	708.186	27.151	667.729

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures por vencimento

	Timbaúba	Tamoios	Atria	Total
Curto Prazo				
2026.....	19.780	11.837	-	31.617
Longo Prazo				
2027.....	-	20.220	-	2.082
2028.....	-	7.335	17.884	292.660
2029.....	-	8.210	14.093	204.829
Após 2029.....	-	11.995	36.509	208.615
Total	19.780	88.706	589.858	708.186

Provisão para perda em investimentos: Controladora

Investidas	Participação	31/12/2025		31/12/2024	
		Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial
Queiroz Galvão Desenv. em Energia S/A.....	90,20%	(1.442)	-	(1.442)	-
Viapar - Rodovia do Paraná S/A (vi).....	24,08%	-	-	-	(915)
Total		(1.442)	-	(1.442)	(915)

Movimentação Investidas	31/12/2024	Baixas	Resultado		31/12/2025
			Abrangente	Equivalência Patrimonial	
Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S/A.....	(1.442)	-	-	-	(1.442)
Total	(1.442)	-	-	-	(1.442)

(iv) Viapar – Rodovia do Paraná S.A. e Queiroz Galvão Desenvolvimento em Energia S.A., o patrimônio líquido das investidas está negativo, com isso o saldo de participação nessas investidas está apresentado no passivo não circulante como provisão para perda de investimentos. Em julho de 2024 a Viapar foi alienada para a QGSEE Comércio e Construção S.A. uma participação de 24,08% pertencente à Atria Investimentos e Participações S.A.

c) Composição dos investimentos - Consolidado: Em 31 de dezembro de 2025, os saldos na conta de investimento das demonstrações contábeis consolidadas estão compostos pelo investimento nas seguintes coligadas e controladas em conjunto em que a administração é compartilhada:

Empresas	Participação	31/12/2025		31/12/2024	
		Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Total do Investimento	Resultado da equivalência patrimonial
Cimento Portland Participações S.A.....	50,00	3.013	(305)	1.880	(102)
CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.....	50,00	-	(218)	70.165	17.932
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT.....	21,35	5.736	(744)	6.480	(1.573)
Viapar - Rodovias do Paraná S.A.....	24,08	-	-	-	(915)
Locav Locadora Ltda.....	100,00	-	-	-	17.405
Energia Verde Produção Rural Ltda.....	100,00	-	-	-	246
Gestão e Manut. de Saneam. Básico Ltda.....	21,95	-	-	-	2
Total		8.749	(1.267)	78.525	32.995

Investidas	31/12/2024	Resultado		31/12/2025
		Outras variações	Abrangente / Dividendos	
Cimento Portland Participações S.A.....	1.880	1.438	-	(305)
CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.....	70.165	(69.947)	-	(218)
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT.....	6.480	-	-	(744)
Total	78.525	(68.509)	-	(1.267)

d) Informações das controladas, controladas em conjunto e coligadas em 2025

Investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido		Resultado
			31/12/2024	31/12/2025	
Timbaúba S.A.....	528.180	528.180	292.651	292.651	(56.594)
Potiporã Alimentos.....	1	1	1	1	-
Concessionária Rodovia dos Tamoios.....	770.929	770.929	354.089	354.089	96.356
Cosima Companhia Siderúrgica do Maranhão.....	-	-	-	-	7.945
CIA Siderúrgica Vale do Pindaré.....	-	-	-	-	(22.085)
Cristalina Investimentos.....	40	40	40	40	-

ATRIA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

restritivas (covenants): A controlada Tamoios obriga-se a cumprir determinadas cláusulas restritivas (*covenants*), sob pena de ter decretado o vencimento antecipado de suas dívidas, a saber: (i) manutenção de garantias (Capital Social, Receita de Pedágio, Receita Acessória, Fundo Artesp), (ii) ausência de títulos protestados, (iii) ausência de encerramento de conta depósito no banco, (iv) ausência de solicitação de recuperação judicial, (v) ausência de distribuição de dividendos aos acionistas até a liquidação total das debêntures, (vi) atingimento de índices de "Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD" em patamar igual ou superior a 1,30, entre outros. A controlada Tamoios está em dia com as obrigações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e em 2024.

18. Obrigações fiscais

Consolidado	Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações fiscais	1.092	-	-	-
Obrigações Fiscais Receita Bruta	3.755	-	-	-
Obrigações Sociais	-	594	-	-
IRPJ CSLL sobre lucro	736	-	-	-
IRPJ CSLL Parcelamento (i)	1.209	1.727	6.772	10.671
Retenções e impostos a Recolher (ii)	909	7.768	-	-
Total	7.701	10.089	6.772	10.671

(i) Valores referente a parcelamento de impostos, com prazo original de 60 meses; (ii) Valores referente a impostos retidos notas fiscais de prestações de serviços nas controladas Tamoios S.A. em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 886 (R\$ 7.580 em 31 de dezembro de 2024), Timbaúba S.A. em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 19 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2024) e Atria em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 2 (zero em 31 de dezembro de 2024) e Pindaré em 31 de dezembro de 2025 de R\$ - (R\$ 183 em 31 de dezembro de 2024).

19. Salários, encargos e obrigações sociais

Salários	Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos sociais	5.202	5.623	-	-
Provisões trabalhistas	8.262	8.135	-	-
Total	13.464	13.758	-	-

20. Outros passivos: a) Consolidado

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outras obrigações (i)	72.495	2.114	32.246	-
Adiantamentos (ii)	-	9.124	-	9.124
Total	72.495	11.238	32.246	9.124

(i) Saldo na controladora refere-se à reclassificação de partes relacionadas com Aquiles Global R\$ 43.216, no quadro do consolidado a composição do saldo é com a Aquiles Global e R\$ 29.279 com a investida Tamoios referente a: A investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 05 anos (1º ciclo - abril de 2016 a março de 2021, 2º ciclo - abril de 2021 a março de 2026), descontados a valor presente, conforme dívida da Concessionária. A determinação da taxa de desconto (0,94%) utilizada está baseada na média ponderada das captações no início do ciclo de investimentos. A Companhia revisa periodicamente os estudos sobre as referidas provisões com base em dados estimados pelos profissionais internos de engenharia e são considerados suficientes pela sua Administração visando suprir as devidas manutenções futuras. (ii) Valores em 2024 referente a adiantamento decorrente da venda da CIMAR que foi realizado em 2025.

21. Provisões para demandas riscos judiciais: A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos para riscos trabalhistas e cíveis considerados como prováveis de perda. Os processos trabalhistas, basicamente envolvendo ex-empregados ou empresas prestadoras de serviços, estão relacionados principalmente com pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos e quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas. O prazo estimado para liquidação das provisões para demandas judiciais foi baseado na melhor estimativa da administração na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A seguir a composição das provisões para demandas judiciais com prognóstico provável em 2025:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	271	9.925
Cíveis	130	2.477
Total	401	12.402

	31/12/2024		Reversões		Baixas		Adições		31/12/2025	
Trabalhistas	9.925	-	-	(162)	-	86	-	9.849	-	-
Cível	2.477	(4.762)	(726)	-	3.141	-	130	-	-	-
Total	12.402	(4.762)	(888)	3.227	9.979	-	-	-	-	-

	31/12/2023		Reversões		Baixas		Adições		31/12/2024	
Trabalhistas	9.769	-	-	156	-	9.925	-	2.477	-	-
Cível	6.712	-	(4.235)	-	-	-	-	-	-	-
Total	16.481	-	(4.235)	156	-	12.402	-	-	-	-

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia e suas controladas são partes em outros processos para os quais a administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, por entenderem que os riscos são de perda possível. Esses processos são de naturezas cíveis, tributários e trabalhistas em 2025, conforme composição a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	7.523	406
Cível	16.205	23.215
Ambientais (i)	-	42.024
Tributário (ii)	-	51.000
Total	23.728	116.645

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Cível	16.175	-
Total	16.175	-

(i) Saldos em 2024 refere-se as empresas investidas Cosima - Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda. e Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré que foram transferidas para a Guarany Siderurgia e Mineração em 11 de dezembro de 2025.

22. Impostos diferidos

IRPJ e CSLL diferido - Tamoios (i)	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL diferido - Tamoios (i)	15.314	31.269
PIS e Cofins diferido - Tamoios (ii)	236.307	240.679
Total	251.621	271.948

(i) a tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) diferidos se dá mediante a apuração contábil dos resultados, cuja base de cálculo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 185.904 e (R\$ 52.891) em 31 de dezembro de 2024. Os reflexos tributários da margem de construção, que é a diferença positiva entre a receita e o custo de construção para fins de apuração dos referidos tributos devem ser diferidos para serem tributados quando da entrada em operação da infraestrutura (Lei nº 11.079/04 - artigo 6 - § 3 - inciso I e IN 1700/17 - art. 171 § 1,2 e 3); (ii) O PIS e Cofins diferidos foram reconhecidos de acordo com a Lei nº 11.079/04, que determina a tributação dos aportes de recursos pelo prazo restante do contrato, considerando a data partir do início da prestação dos serviços públicos, sendo apurado pelo regime cumulativo com alíquota de 0,65% (PIS) e 3% (COFINS). Com as entregas das obras da Ampliação Principal, Passivo do Planalto Fase 1, obra civil Contorno, Automação dos Contornos, Bate Choco e Passivo do Planalto Fase 2, iniciou-se o recolhimento dos impostos.

23. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro 2025 e de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.206.172, dividido em 1.913.667.495 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Conforme AGE do dia 14/12/2023, aprovado aumento de capital de R\$ 545.150, mediante a emissão de 472.772.530 (quatrocentas e setenta e duas milhões, setecentas e setenta e duas mil, quinhentas e trinta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A Companhia tem como sua única acionista a Somah Investimentos e Participações S.A. **b) Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, é assegurado aos acionistas da Companhia um dividendo mínimo obrigatório de 3% do lucro líquido ajustado na forma legal. **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da lei nº 6.404/76. **d) Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se basicamente a reavaliação para bens do ativo imobilizado custo atribuído ("deemed cost") efetuado em 2010, na adoção inicial conforme CPC 37, de suas investidas Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, Companhia Siderúrgica do Maranhão Ltda., Energia Verde e Produção Rural Ltda., Timbaúba S.A. A adoção do custo atribuído é aplicável somente na adoção inicial, não sendo admitida a revisão da avaliação em períodos subsequentes.

24. Receita operacional líquida

a) Receita bruta	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Rodovias (i)	674.298	1.440.159
Agroindústria	214.160	329.212
Total	888.458	1.769.371
b) Impostos incidentes	(123.217)	(150.626)
Total	765.241	1.618.745

(i) Inclui o montante de R\$ 217.639 em 31 de dezembro de 2025 (de R\$ 1.242.521 em 31 de dezembro de 2024) referente a Receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão vigente da controlada Tamoios.

25. Custos dos serviços prestados e despesas administrativas: a) Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Mineração	(373)	-
Rodovias	(251.465)	(1.236.080)
Agroindústria	(113.672)	(198.036)
Total	(365.510)	(1.434.116)

b) Despesas administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas c/ Pessoal	(70.333)	(55.576)	-	-
Despesas c/ Serviços Prestados	(99.134)	(74.353)	(9.048)	(854)
Despesas gerais (i)	(32.868)	(26.377)	(665)	(499)
Despesas com manutenção (ii)	(67.601)	(245)	(229)	(157)
Despesas indutíveis	(229)	-	-	-
Despesas comerciais	(23.274)	(22.675)	-	-
Total	(293.439)	(179.226)	(9.942)	(1.510)

(i) As despesas gerais basicamente se referem a utilidades, seguros e custos com equipamentos.

26. Outros resultados operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado Líquido - Baixa imobilizado (i)	7.683	-	6.828	-
Resultado Líquido - Baixa Investimentos (ii)	24.685	45.495	24.685	45.495
Baixas de partes relacionadas (iii)	(11.635)	(42.484)	(11.635)	(42.484)
Outros créditos (iv)	(16.950)	(3.792)	3.007	1.314
Total	3.783	(781)	22.885	4.325

(i) Resultado líquido na baixa de ativo imobilizado referente à venda de terrenos da Atria e venda de ativos totalmente depreciados da Timbaúba; (ii) Resultado líquido na baixa de investimento venda da Cimar em março de 2025- Resultado na alienação de investimentos Locav realizado em 2024; (iii) Baixa por perda com partes relacionadas com a empresa Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário; e (iv) Outros resultados operacionais na controlada Timbaúba.

27. Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos de aplicações financeiras	21.578	34.549	1.256	65
Outras receitas financeiras	692	102	4	-
Descontos obtidos	149	334	-	-
Variáveis cambiais ativas (i)	843	-	-	-
Variáveis monetárias (ii)	10.764	411	-	-
Total	34.026	35.396	1.260	65
Despesas financeiras				
Variáveis cambiais passivas (i)	(604)	(2.033)	-	-
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(28.908)	(45.396)	(14.272)	(24.886)
Juros sobre tributos	(3.873)	-	-	-
Despesas bancárias	(1.614)	(2.933)	(2)	-
Outras despesas financeiras	(14.390)	(14.577)	(956)	(39)
Total	(49.389)	(64.939)	(15.230)	(24.925)
Resultado financeiro líquido	(15.363)	(29.543)	(13.970)	(24.860)

(i) Trata-se variação cambial de dívidas em moedas estrangeira da investida Timbaúba; e (ii) Trata-se de atualização das fazendas arrendadas (Pindaré e Cosima) conforme IPCA atualização até junho de 2025 e atualização Selic referente a restituição com a RFB (Pindaré e Energia Verde).

28. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A Companhia e suas controladas mantêm imposto de renda e contribuição social diferidos ativos calculados sobre diferenças temporárias entre saldos contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais, conforme a seguir: **a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente no resultado**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do IRPJ e CSLL alíquotas nominais (34%)	69.487	(18.621)	22.955	21.106
Total das adições	79.877	60.108	79.877	60.108
Total das exclusões	(132.605)	(103.421)	(132.605)	(103.421)
Total	16.760	(61.934)	(29.772)	(22.207)
Base de cálculo	16.760	(61.934)	-	-
Contribuição social - corrente	(11.714)	(17.013)	-	-
Imposto de renda - corrente	(30.963)	(27.152)	-	-
Total IRPJ e CSLL corrente	(42.677)	(44.165)	-	-
Alíquota efetiva	61%	237%	-	-

b) Impostos diferidos ativos: Os saldos dos impostos diferidos oriundos da controlada Tamoios estão demonstrados a seguir:

Base de Cálculo	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda diferido (i)	6.786	21.676
Contribuição social diferida (ii)	2.452	7.812
Total impostos diferidos	9.238	29.488

(i) os impostos diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais anteriores. A controlada Tamoios avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos por meio da projeção de seu lucro tributável para os próximos 5 anos, considerando fatores macroeconômicos que preveem um incremento de receita a partir de investimento decorrentes de novas demandas. No ano de 2025 foram compensados o valor de R\$ 20.251. O cronograma referente a expectativa de realização dos impostos diferidos ativos é conforme segue:

Ano	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	12.854
2026	9.238	3.054
2027	-	2.273
2028	-	1.925
2029 em diante	-	9.382
Total	9.238	29.488

c) Conciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social diferido - passivo

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL diferidos (i)	15.674	31.269
PIS e COFINS diferidos (ii)	235.947	240.679
Total	251.621	271.948

(i) a tributação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) diferidos se dá mediante a apuração contábil dos resultados, cuja base de cálculo para a controlada Tamoios em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 185.904 e (R\$ 52.891) em 31 de dezembro de 2024. Os reflexos tributários da margem de construção, que é a diferença positiva entre a receita e o custo de construção, para fins de apuração dos referidos tributos devem ser diferidos para serem tributados quando da entrada em operação da infraestrutura (Lei nº 11.079/04 - artigo 6 - § 3 - inciso I e IN 1700/17 - art. 171 § 1,2 e 3); (ii) O PIS e Cofins diferidos foram reconhecidos de acordo com a Lei nº 11.079/04, que determina a tributação dos aportes de recursos pelo prazo restante do contrato da controlada Tamoios, considerando a data partir do início da prestação dos serviços públicos, sendo apurado pelo regime cumulativo com alíquota de 0,65% (PIS) e 3% (COFINS). Com as entregas das obras da Ampliação Principal, Passivo do Planalto Fase 1, obra civil Contorno, Automação dos Contornos, Bate Choco e Passivo do Planalto Fase 2, iniciou-se o recolhimento dos impostos.

29. Gestão de riscos financeiros: a) Considerações gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia e de suas controladas. As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia e de suas controladas concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia e suas controladas estão expostas: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **i) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **ii) Riscos de mercado:** O Grupo possui aplicações financeiras remuneradas pelo CDI. Adicionalmente, os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas às taxas variáveis são mantidos em reais. **Análise de sensibilidade da taxa de juros (consolidado):** Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros, considerando o fechamento em 31 de dezembro de 2025. Esta análise considera o cenário provável conforme avaliação da Administração da Companhia. As premissas utilizadas para o cenário provável determinado pela Administração tiveram por base as informações disponíveis no mercado no Boletim Focus do Banco Central do Brasil

ATRIA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 02.538.768/0001-49

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Atria Investimentos e Participações S.A.** - Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Atria Investimentos e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas como *IFRS Accounting Standards*). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não ao objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2026

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Paulo Alcoforado Cavalcante Neto Contador CRC SP-354.256/O-5



USIMECA INDÚSTRIA MECÂNICA S.A. CNPJ nº 08.972.254/0001-83

(Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Balancos Patrimoniais em 31/12 (Em mR\$)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo	108.046	76.279	134.046	80.841
Ativo circulante	60.480	50.741	109.617	71.120
Caixa e equivalentes de caixa	16.779	9.263	24.677	13.718
Conta a receber de clientes	7.040	8.326	14.316	10.481
Estoques	21.605	17.794	45.028	31.008
Impostos a recuperar	1.413	1.193	8.275	5.400
Adiantamento a fornecedores e funcionários	1.620	759	1.807	900
Partes relacionadas	11.763	13.091	14.851	9.142
Outros ativos	261	316	663	471
Ativo não circulante	47.566	25.539	24.429	9.720
Realizável a longo prazo	-	1	-	-
Tributos a recuperar	-	-	-	-
I.R. e C.S. diferidos	2.873	5.561	4.670	5.561
Outros ativos	-	30	-	30
Total ativos não circulantes	2.873	5.592	4.670	5.591
Investimento em controlada	34.841	17.589	-	-
Imobilizado	2.515	2.346	6.167	4.085
Ativos de direito de uso	7.335	-	13.574	-
Intangível	3	12	18	44
Total de investimentos	44.693	19.947	19.759	4.129
Passivo e patrimônio líquido	108.046	76.279	134.046	80.841
Passivo circulante	62.033	74.376	87.123	78.937
Fornecedores	18.394	20.122	23.773	24.223
Obrigações trabalhistas	5.384	4.619	6.032	5.253
Impostos e contribuições a recolher	7.273	3.762	11.051	6.135
Empréstimos e financiamentos	18.445	34.601	18.445	34.601
Partes relacionadas	8.738	9.252	14.000	4.090
Adiantamentos de clientes	1.234	1.181	3.105	2.507
Provisões	1.413	839	1.920	845
Passivo não circulante	6.903	112	7.811	113
Obrigações de arrendamento	1.148	-	6.667	-
Outros passivos	3	-	2.129	1.284
Obrigações de arrendamento	6.903	-	7.811	-
I.R. e C.S. diferidos	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	112	-	113
Total do passivo	68.936	74.487	94.934	79.050
Patrimônio líquido	39.111	1.791	39.111	1.791
Capital social	15.476	15.476	15.476	15.476
Prejuízos Acumulados	(15.377)	(15.377)	(15.377)	(15.377)
Resultado do período	36.738	-	36.738	-
Ajustes acumulados de conversão	2.273	1.692	2.273	1.692
Patr. liq. atribuído aos sócios da Empresa	39.111	1.791	39.111	1.791

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Na forma das disposições legais e estatutárias, submetemos a deliberação da Assembléia Geral o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, referente ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2025 e respectivas Notas Explicativas complementado com as Demonstrações das Mutações do Patrimônio e Fluxo de Caixa. Nova Iguaçu, 10/06/2026.

Demonstração do Resultado em 31/12	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	213.848	168.713	226.959	192.233
Custo dos prod. vendidos e serv. prestados	(151.602)	(123.159)	(148.239)	(129.465)
Lucro bruto	62.246	45.554	78.720	62.768
Despesas Administrativas	(10.906)	(11.656)	(15.587)	(15.045)
Despesas Comerciais	(6.594)	(6.130)	(7.987)	(6.645)
Participação nos resultados de controladas	10.148	8.632	-	-
Outras receitas (desp.) operacionais, liq.	(2.745)	2.132	(2.709)	2.144
Total das despesas	(10.097)	(7.022)	(26.284)	(19.545)
Lucro operacional	52.149	38.532	52.436	43.223
Receitas financeiras	1.852	3.214	4.732	4.346
Despesas financeiras	(4.649)	(12.825)	(7.164)	(15.683)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(2.798)	(9.610)	(2.432)	(11.337)
Resultado antes do I.R. e da C.S.	49.352	28.921	50.004	31.886
I.R. e C.S. (corrente)	(9.924)	(6.774)	(10.577)	(8.738)
I.R. e C.S. (diferido)	(2.689)	177	(2.689)	177
Lucro do exercício	36.738	23.324	36.738	23.324
Quantidade de ações (Em Milhares)	-	-	11.328	11.328
Lucro Líquido básico e diluído por quota - R\$ em Milhares	R\$ 3,24	R\$ 2,06	R\$ 3,24	R\$ 2,06

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	36.738	23.324	36.738	23.324
Dif. de câmbio na conversão de operações no exterior	581	137	581	137
Total de resultados abrangentes no exercício	37.319	23.461	37.319	23.461

Cesar Moreira Filho Diretor Presidente CPF 758.261.867-04
Mariana Abreu Lanzoni - Controladora - CPF 004.099.570-46 CRC RJ 1249480-3

todo de equivalência patrimonial. Todas as demonstrações utilizadas para fins desse relatório têm como data base 31 de dezembro de 2025. A conversão das demonstrações da controlada no exterior, Usimeca México S.A de C.V., cuja moeda funcional é o dólar, foi efetuada em conformidade com o descrito no CPC 02 (R2).

Controladas	Participação Usimeca (%)	Participação Hyva (%)	31/12/24		Equivalência Patrimonial		Ajuste de 31/12/25	
			Investimento	Equivalência	Ou-convertidos	Investimento		
Wastec Ind. e Com. Ltda.	100	75	11.050	1.533	-	-	12.582	
Usimeca México, S.A. de C.V.	100	75	6.538	8.615	6.524	581	22.258	
Total			17.588	10.148	6.524	581	34.841	

No exercício de 2025, a Cia. realizou aumento de capital na controlada Usimeca México, mediante a capitalização de créditos anteriormente registrados como contas a pagar a partes relacionadas (Usimeca Brasil). Em decorrência dessa operação, os referidos saldos foram baixados no passivo da controlada contra o patrimônio líquido. Na controladora, a transação resultou na baixa dos valores registrados em contas a receber de partes relacionadas, com contrapartida no investimento na controlada, no montante de R\$ 6,5 milhões. **9. Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento**

Controladora	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
Adições	-	-	8.950	9.523
Pagamentos	-	-	(2.458)	-
Ajuste a valor presente	-	-	1.558	(2.620)
Baixas	-	-	-	-
Transferência de longo prazo para curto prazo	-	-	(6.903)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	1.148	6.903

Controladora	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
Adições	-	-	22.674	10.776
Pagamentos	-	-	(3.655)	-
Ajuste a valor presente	-	-	1.721	(2.965)
Baixas	-	-	-	-
Transferência de longo prazo para curto prazo	-	-	(14.072)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	6.667	7.811

No exercício de 2025, a controlada da Cia. celebrou novos contratos de arrendamento, principalmente relacionados a imóveis (prédios). Em decorrência desses contratos, foram reconhecidos novos ativos de direito de uso e os correspondentes passivos de arrendamento, os quais vêm sendo apropriados ao resultado por meio de depreciação dos ativos e reconhecimento de encargos financeiros ao longo dos prazos contratuais. **10. Fornecedores:** Em fornecedores a pagar são registrados os saldos a pagar pelo recebimento de mercadorias e serviços.

Controladora	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores no mercado interno	18.003	17.058	18.449	17.656
Fornecedores no mercado externo	391	3.063	5.324	6.567
Total	18.394	20.122	23.773	24.223

(a) Partes Relacionadas: A composição de fornecedores a pagar de partes relacionadas em 2025 está demonstrada abaixo:

Controladora	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Hyva International B.v.	-	-	9.601	685
Hyva Holding B.v.	2.864	1.683	4.124	2.180
Hyva Corporation	-	-	275	-
Wastec Industria E Comercio Ltda.	5.874	7.568	-	1.225
Usimeca Chile Ltda	-	-	1	-
Total	8.738	9.252	14.000	4.090

11. Obrigações Trabalhistas: A empresa mantém os saldos trabalhistas a pagar em dia e registrados conforme competência. **12. Empréstimos e financiamentos:** Estão apresentados pelo valor do principal, acrescido dos encargos financeiros incorridos pro rata temporis até a data das demonstrações contábeis, calculados de acordo com as cláusulas contratuais dos respectivos contratos.

Moeda Nacional	Taxa de Juros %	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
ACC	4,7% a.a.	mai/26	18.445	34.601	18.445	34.601
Total			18.445	34.601	18.445	34.601

No exercício de 2025, a Cia. apresentou redução relevante em seu endividamento, refletindo, principalmente, a melhoria na posição de caixa e equivalentes de caixa, bem como na realização de contas a receber. Esse cenário possibilitou a liquidação antecipada e/ou amortização de empréstimos e financiamentos, contribuindo para a diminuição do saldo de obrigações financeiras ao final do período. **13. Impostos e encargos a recolher:** Os impostos a recolher representam o valor líquido a pagar de impostos sobre o faturamento e sobre o lucro. **14. I.R. e C.S. diferidos:** A Cia. findou o ano de 2025 com crédito de impostos diferidos no total de R\$ 2,9 milhões. **15. Provisões:** As provisões são apresentadas abaixo:

Moeda Nacional	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão Comissões	704	-	704	-
Provisão de Garantias	196	354	516	360
Provisão Litígios	269	-	337	-

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais	49.352	28.921	50.004	31.886
Lucro do exercício antes do I.R. e C.S.	-	-	50.004	31.886
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido	2.144	604	8.543	764
Depreciação e amortização	123	35	334	1.545
Baixa por desgaste de imobilizado	(10.147)	(8.495)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(866)	9.175	(775)	9.175
Encargos de financ. e variação cambial, líquida	122	3.594	1.773	7.209
Reversão (realização) de provisões	(1.396)	-	(1.586)	-
Desp. de juros e variação cambial sobre emprést.	-	-	-	-
Redução (aumento) dos ativos	741	(4.349)	(4.415)	(4.813)
Conta a receber de clientes	(4.650)	(5.438)	(15.043)	(11.289)
Estoques	(6.604)	(4.941)	(10.303)	(6.115)
Impostos a Recuperar	(5.942)	-	-	-
Investimentos	(8.950)	-	(952)	-
Outros ativos	-	-	-	-
(Redução) aumento dos passivos	(1.023)	11.614	(450)	12.177
Fornecedores	53	404	598	(656)
Adiantamento de clientes	765	1.698	779	1.988
Obrigações				

REGIÃO DE SANTOS

MP pede medida de prevenção de impacto do El Niño na Baixada

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA), do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) pediu, na segunda-feira passada, por meio de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, uma série de esclarecimentos aos nove municípios da região da Baixada Santista para verificar a implementação de políticas públicas prevenção e mitigação dos impactos do fenômeno climático El Niño nessas cidades.

No procedimento instaurado, a promotora Almachia Acerbi, questiona sobre a existência de planos municipais de contingência e prevenção, a realização de obras de drenagem e contenção de encostas em áreas vulneráveis, as ações da Defesa Civil para emissão de alertas e realização de simulados, e a possível articulação entre municípios e os governos estadual e federal para adoção de medidas conjuntas de enfrentamento dos

efeitos El Niño. "A promotora destacou os alertas da Organização Meteorológica Mundial (OMM) sobre a elevada probabilidade de ocorrência de um episódio forte de El Niño entre 2026 e 2027, com potencial para intensificar o aquecimento global e aumentar a frequência de eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e ondas de calor. Entre os impactos previstos estão prejuízos ao abastecimento de água, à produção agrícola e à saúde pública", informou o MPSP.

De acordo com o MPSP, o Procedimento Administrativo de Acompanhamento ressalta a possibilidade de chuvas acima da média, com aumento dos riscos de alagamentos em áreas baixas e próximas a canais, além de deslizamentos em morros e encostas habitadas, principalmente em Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, além da ocorrência de ondas de calor e seus impactos sobre a população e a infraestrutura urbana da região.

CORRUPÇÃO BILIONÁRIA

MP recorre por nova prisão de ex-fiscal da Fazenda de SP

FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

Promotores do Grupo de Atuação Especial de Repressão aos Delitos Econômicos (Gedec) do Ministério Público de São Paulo querem reverter a decisão judicial que revogou a prisão do ex-auditor fiscal Artur Gomes da Silva Neto, apontado como líder de um esquema bilionário de propinas na Fazenda Estadual. Segundo os investigadores, ele oculta parte expressiva de um patrimônio em cripto moedas de alta liquidez que teria obtido pela via da corrupção e segue com capacidade de movimentar recursos, influenciar testemunhas e até fugir do País, o que, na avaliação do MP, mantém severos riscos à ordem pública e à investigação.

A defesa de Artur, conduzida pelo advogado Júlio de Nigris, nega que o ex-auditor tenha sob custódia uma carteira milionária de cripto moedas.

Os argumentos da Promotora para tentar suspender a soltura de Artur constam em um recurso apresentado à Justiça nesta terça-feira, 9.

O Ministério Público elencou cinco argumentos centrais para tentar reverter a decisão do juiz Thiago Baldani Gomes De Filippo, da 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens de São Paulo, que no último dia 28 revogou a prisão preventiva do principal alvo da Operação Ícaro, suspeito de receber R\$ 1 bilhão em propinas de grandes redes do varejo.

1 - Os promotores atestam

que a decisão judicial revogou a prisão mesmo reconhecendo que os motivos que levaram à detenção de Artur continuam válidos. Para eles, não houve nenhum fato novo que justificasse a soltura.

2 - O MP sustenta que Artur ocupa posição diferente dos demais investigados no organograma do esquema, porque seria o líder da engrenagem criminosa e o único acusado de lavagem de dinheiro, além de corrupção passiva.

3 - Eles argumentam que a demora no processo, tese explorada pela defesa, foi causada pela própria estratégia dos advogados do auditor fiscal e, por isso, não poderia servir de fundamento para colocar Artur em liberdade.

4 - Segundo o Ministério Público, os riscos permanecem concretos porque o esquema teria operado da Ícaro (deflagrada em agosto de 2025), causando prejuízo bilionário aos cofres públicos e ocultado recursos em cripto moedas e outros ativos de rápida movimentação.

5 - Os promotores afirmam que as medidas cautelares impostas pela Justiça são insuficientes para evitar novos crimes, interferências na investigação ou movimentações patrimoniais. O MP ressaltou que parte das restrições perdeu eficácia porque Artur já não exerce função pública, já que foi exonerado logo após o estouro da Operação Ícaro.

MEDIDAS CAUTELARES

Artur teve a prisão substituída por medidas cautelares como

suspensão do exercício da função pública - medida sem execução porque ele já se exonerou da Receita estadual -, proibição de acessar a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado e de manter contato com outros agentes fiscais, além da entrega do passaporte, uso de tornozeleira eletrônica e recolhimento domiciliar noturno e aos fins de semana.

Para os promotores as restrições são insuficientes para conter riscos como ocultação de patrimônio, influência sobre outros investigados e possibilidade de fuga.

O Ministério Público cita como exemplo o caso de Maria Hermínia de Jesus Santa Clara, a "Nina", apontada como contadora do esquema, que, segundo a investigação, teria continuado a operar o esquema mesmo após ser submetida a medidas cautelares e proibida de exercer a profissão.

Para os promotores, se as medidas cautelares não foram suficientes para conter uma investigação com atuação secundária, teriam ainda menos eficácia contra Artur, apontado como líder da organização e detentor de patrimônio oculto em ativos de "altíssima liquidez e mobilidade transfronteiriça".

Segundo a Operação Ícaro, Artur recebeu ao longo de 2025 pelo menos R\$ 152 milhões em propinas, além de manter 277 bitcoins não declarados, avaliados em R\$ 90 milhões na emissão de junho de 2026. A existência das cripto moedas foi descoberta a partir de um documento apreendido durante buscas da investigação e, segundo o Ministério Público, não havia sido informada pelo fiscal nos anexos da delação premiada que ele pretendia fechar com o Ministério Público.

PRINCÍPIO DA ISONOMIA

Na decisão que colocou Artur em liberdade, o juiz citou o princípio da isonomia ao destacar que outros investigados da Operação Ícaro já haviam seguido substituir a prisão preventiva por medidas cautelares ou prisão domiciliar. O entendimento foi estendido ao ex-auditor fiscal.

Os promotores contestam essa comparação. Segundo eles, os demais investigados da Operação Ícaro tinham participação menos relevante no esquema.

Marcelo de Almeida Gouveia, também auditor fiscal, e Celso Eder Gonzaga de Araújo, apontado como operador da engenharia financeira, já haviam obtido medidas cautelares diversas da prisão. Kimio Mizukami da Silva, mãe de Artur e suspeita de atuar como "laranja" na lavagem de dinheiro, não chegou a ser presa.

Para a Promotora, a situação de Artur é diferente. Ele é apontado como o articulador e líder da organização, alvo de acusações mais graves e envolvido em um número maior de frentes da investigação. "Tratar igualmente o líder e os subordinados é que violaria a isonomia", afirmam os promotores.

"A situação jurídico-penal do recorrido (Artur) é, sob todos os ângulos, substancialmente mais gravosa que a dos paradigmas invocados", anotam os promotores no recurso. Eles destacam que a própria 1ª Vara de Crimes Tributários e também a 11.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça já reconheceram essa situação anteriormente.

Em outro ponto do recurso, os promotores esmiúçam o perfil de Artur Gomes dentro do esquema instalado na Fazenda estadual. Eles pontuam a "posição de Artur na empreitada".

"Artur é o articulador central e líder da organização, idealizador do esquema, operador de fato da Smart Tax, responsável por ajustar o valor das propinas, por coordenar a atuação dos demais auditores fiscais e por distribuí-las as parcelas dos valores ilícitos, os corréus soltos ocupavam posições subordinadas e periféricas", assinalam.

Os promotores abordam o conteúdo das imputações. Artur e sua mãe, Kimio, corréu no caso, respondem não apenas por corrupção passiva qualificada, mas também por crimes de lavagem de dinheiro por 46 vezes, imputação que não recai sobre os corréus Marcelo de Almeida Gouveia, Alberto Toshio Murakami, Celso Eder e "Nina".

Eles incluem em seus argumentos o fato de Kimio ser a controladora da Smart Tax, empresa de fachada que Artur montou para operar o esquema, segundo a investigação. Em apenas dois anos, o patrimônio da Smart Tax saltou de R\$ 411 mil para mais de R\$ 2 bilhões. "A situação de Artur é qualitativamente mais grave, por agregar, ao crime-fim, a ocultação e a dissimulação do seu produto, exatamente a conduta que perpetua o dano e frustra a recuperação dos ativos até o dia presente!", afirma o Ministério Público.

A circunstância de a pena prospectiva igualar-se à de Kimio "em nada socorre Artur", aponta o MP.

"Kimio é, justamente, a coautor dos crimes de lavagem e titular formal da Smart Tax, de sorte que a sua eventual invidua não segregação não constitui paradigma legítimo para a soltura do líder do esquema, mas, quando muito, fundamento para a revisão da situação daquela. Ilegalidades não se equalizam por nivelamento para baixo."

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 125ª DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 125ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Da 125ª (Centésima Vigesima Quinta) Emissão, Em Série Única, de Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia de Securitização, Lasteados Em Créditos Imobiliários Cedidos Pela Rec 108 Empreendimentos E Participações Ltda.", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia **01 de julho 2026, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste Edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Recuperação Compulsória Não Automática, conforme previsto na Cláusula 5.2, subitem (vii) do "Instrumento Particular De Cessão E Aquisição De Créditos Imobiliários E Outras Avenças" ("Cessão E Aquisição De Créditos Imobiliários"), em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio das cópias das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Devedora, nos termos da Cláusula 4.5, alínea (xii) das Cessão e Aquisição de Créditos Imobiliários, relativo ao exercício social de 2025; (II) Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "1" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da aprovação da presente matéria em assembleia, para que a referida obrigação seja regularizada pela Devedora; e (iii) A autorização, para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail anfees@investortrust.com.br cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI Vera Cruz 125", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. *Contram-se* a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBAE 63" o e-mail ou o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) *quando pessoa física*: cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica*: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos*: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador*: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na

DUQUE DE CAXIAS

Líder do CV que coordenava roubo de cargas é preso

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Policiais da Delegacia de Duque de Caxias e da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Baixada Fluminense prenderam, na segunda-feira passada, Wagner William Amâncio, o Waguiinho, de 32 anos, considerado uma das lideranças do Comando Vermelho (CV), no Parque das Missões, em Duque de Caxias.

De acordo com as investigações, o criminoso era responsável por coordenar e gerenciar o roubo de cargas na Baixada Fluminense, sendo apontado como autor de diversos crimes ocorridos em rodovias da região, principalmente a Rio-Petrópolis. Na

ação, mais dois traficantes de drogas foram presos.

A finalidade da ação era prender integrantes da facção criminosa Comando Vermelho e desestruturar o núcleo da região. O lugar é utilizado como base logística e ponto estratégico de coordenação de crimes como tráfico de drogas, roubos de veículos, receptação e ocultação de criminosos.

Os agentes identificaram a liderança da facção responsável pela logística no local. Waguiinho coordenava os roubos de veículos, fornecendo armamentos para os criminosos e organizando a remessa de automóveis roubados para comunidades dominadas pelo grupo, espe-

cialmente para o Complexo da Penha, na zona norte do Rio, principal reduto da liderança do CV no Rio.

As investigações demonstraram que diversos ladrões de veículos e cargas agiam sob ordens do criminoso, evidenciando sua posição de liderança dentro da organização. Waguiinho também atuava no tráfico de drogas na região e tinha ligação com Edgar Alves de Andrade, o "Doca".

Por meio de monitoramento, os policiais localizaram a residência utilizada por Waguiinho. Durante a abordagem, foi cumprido o mandado de prisão preventiva. Ele já tinha anotações criminais por roubo de carga, receptação e tráfico de drogas.

Ainda na região, foram presos mais dois traficantes de drogas. Um dos homens era responsável por exercer funções de apoio e sustentação das atividades. Ele já havia sido preso em 2019 e tinha anotações criminais por tráfico de drogas e associação para o tráfico.

A ação faz parte da Operação Contenção, uma ofensiva para conter o avanço territorial da facção. O principal objetivo é desarticular a estrutura financeira, logística e operacional do grupo.

Até agora, mais de 345 homens foram presos e outros 137 criminosos neutralizados em confronto. Foram apreendidas 477 armas, sendo 190 fuzis, e mais de 51 mil munições.

IDADE FÉRTIL

Pesquisas sobre saúde da mulher terão R\$ 60 mi em investimentos

GILBERTO COSTA/ABRASIL

O ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), e o Instituto Alana irão destinar R\$ 60 milhões para financiar pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias para diagnóstico e tratamento de endometriose, dor pélvica e melhoria da saúde menstrual – problemas que afetam 10% de mulheres em idade fértil, inclusive adolescentes. As causas da endometriose não são conhecidas. As hipóteses de especialistas relacionam a fatores genéticos, hormonais, imunológicos e o percurso do sangue menstrual em direção à cavidade abdominal. Do total anunciado nesta terça-feira (9) em Brasília, R\$ 50 milhões serão desembolsados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em editais de pesquisa e inovação da saúde da mulher. Os outros R\$ 10 milhões serão providos pelo Ins-

tituto Alana para a criação de uma rede nacional de pesquisa especializada em saúde da mulher.

SAÚDE PÚBLICA

Segundo a ministra Luciana Santos, os investimentos são uma resposta do Estado para um problema de saúde pública.

"Demonstram o compromisso do Governo do Brasil com a ciência como instrumento de cuidado, inclusão e promoção da qualidade de vida das mulheres brasileiras."

"O que não é pesquisado não é compreendido. O que não é compreendido não é tratado", disse a CEO do Instituto Alana, Flávia Doria.

O diagnóstico precoce da endometriose permite um melhor tratamento médico, promove a redução das dores e evita o agravamento da doença.

"Quanto mais tarde essa dor é tratada, maior o preço. O corpo aprende a sentir essa dor."

ELEIÇÕES 2026

Witzel lança pré-candidatura ao governo do Rio

GUILHERME MATOS/AE

O ex-governador Wilson Witzel lançou ontem, sua pré-candidatura ao governo do Rio de Janeiro. Ele concorrerá pelo partido Democrata, antigo Partido da Mulher Brasileira (PMB), cuja sede na capital carioca recebeu o evento de lançamento.

Wilson Witzel está de volta à política após sofrer um impeachment - ação inédita para governador desde a redemocratização - e passar cinco anos inegável.

Ele foi afastado em 2021 após ser apontado como o comandante de um esquema de desvio de verbas da saúde. O ex-governador foi acusado de desviar

verbas, inclusive, de hospitais de campanha que tratavam pacientes com Covid-19.

A denúncia do Ministério Público Federal (MPF) afirmava que, a partir da eleição de Witzel, formou-se uma organização criminosa que disputava poder "mediante pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos". A denúncia citava, ainda, uma "caixinha de propina".

Por 10 votos a 0, o Tribunal Especial Misto (TEM), composto por desembargadores e deputados estaduais, aprovou o impeachment de Witzel. Além da destituição do cargo, o tribunal declarou o ex-governador como inabilitado para o exercício de funções públicas até 2026. A decisão sobre a ineligibilidade foi aprovada por nove votos a favor de uma suspensão de cinco anos e um voto por um afastamento de quatro anos da vida pública.

Quem assumiu o governo após o impeachment de Witzel foi seu vice: o também ex-governador Cláudio Castro - também inegável e fora do cargo por envolvimento em um outro escândalo de corrupção.

Wilson Witzel foi eleito em 2018 com apoio do então candidato ao senado Flávio Bolsonaro. Ele também colou no ex-presidente Jair Bolsonaro e adotou discurso semelhante, defendendo linha dura na segurança pública e combate à corrupção.

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565 - Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9
Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação: Ficam convocados os Senhores acionistas da MRS Logística S.A. ("Companhia"), na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 29 de junho de 2026, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"), a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária:** (1) Eleição de 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, em substituição ao ex- Conselheiro Sr. Carlos Hector Rezzonico, para exercer o cargo até o final do mandato do membro substituído; (2) Deliberar sobre a Proposta de alteração da alínea "d" do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia; e (3) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovada a proposta do item (2) acima. **Instruções Gerais:** A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede à Praia de Botafogo, nº 228 - sala 707 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.mrs.com.br/), bem como nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia Geral. Para participar em da Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: a) **Pessoas Físicas:** Documento de identidade. b) **Pessoa Jurídica:** Estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores ou procuração, neste caso, observado o disposto no item "c" abaixo); documento de identidade do(s) representante(s) legal(is). c) **Procuradores:** O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. O acionista pessoa jurídica pode ser representado na Assembleia por seus representantes legais ou mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Caso o acionista seja representado por procurador, além dos documentos mencionados nos itens "a" ou "b" acima, conforme aplicável, deverá apresentar instrumento de mandato com poderes especiais e documento de identidade do procurador. d) **Acionistas estrangeiros:** os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos constantes dos itens "a" ou "b" acima, conforme aplicável, sendo que estes devem ser notariados, consularizados no Consulado brasileiro do país de origem, ou apostilados, conforme aplicável, e traduzidos por tradutor juramentado. Os acionistas poderão exercer o voto à distância nesta Assembleia Geral, por meio do preenchimento e entrega, até o dia 25 de junho de 2026 (inclusive), do boletim de voto à distância ("Boletim"), disponibilizado nesta data, 08 de junho de 2026. O acionista poderá enviar o Boletim, dentro do prazo informado, para: 1) a Companhia; 2) o escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, o Banco Bradesco S.A.; 3) seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 4) o depositário central no qual as ações estão depositadas. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do Boletim podem ser verificados no próprio Boletim, disponibilizado pela Companhia, nesta data. Os acionistas que tiverem interesse em participar da Assembleia Geral exclusivamente digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404/76, até o dia 27 de junho de 2026, isto é - 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/2022, por meio do endereço eletrônico age@mrs.com.br, devendo indicar o endereço eletrônico (e-mail) para o qual deve ser enviado o link que permitirá o acesso ao sistema para participação na Assembleia. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital ou não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. Em cumprimento ao disposto no artigo 5º, §4º, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia esclarece que a escolha do formato para a realização da Assembleia Geral considerou diversos fatores relevantes, incluindo os níveis históricos de presença e engajamento dos acionistas, que têm se mostrado satisfatórios e compatíveis com a dinâmica da Companhia. Além disso, buscou-se um equilíbrio entre os custos de realização da Assembleia e os custos que os acionistas eventualmente teriam para participar, garantindo a viabilidade econômica do evento sem comprometer a acessibilidade e a efetiva participação dos interessados. Por fim, a decisão está alinhada com as práticas predominantes no mercado, reforçando o compromisso da Companhia com a adoção de modelos eficientes e aderentes às expectativas dos seus acionistas. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na Assembleia, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a Assembleia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://ri.mrs.com.br/. Rio de Janeiro, 08 de junho de 2026. Luis Fernando Barbosa Martinez - Presidente do Conselho de Administração.

REQUERIMENTO DE LICENÇA
A Dala Participações S.A., CNPJ 33.283.585/0001-53 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo nº 000230.000451/2026-81, Licença Ambiental Municipal para loteamento situado na Av. Cesário de Melo, s/nº - Lote 8 do PAL 49.660 - Inhoiba/RJ.

GOVERNO DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DO LADO DO POVO BRASILEIRO
CEFET/RJ
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90.014/2026 - UASG 153010
OBJETO: Contratação de licenças de softwares de escritório e sistema operacional (Microsoft Office 365), subscrição de 36 meses com pagamento anual. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.000565/2026-03. **EDITAL:** 8/6/2026 das 8h às 17h59. **Endereço:** Av. Maracanã, nº 229, Maracanã - Rio de Janeiro/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/153010-5-90014-2026. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 8/6/2026 às 8h (horário de Brasília) no site www.gov.br/compras. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 22/6/2026 às 10h30 (horário de Brasília) no site www.gov.br/compras. **INFORMAÇÕES GERAIS:** em caso de divergência entre as especificações oriundas do código CATMAT/CATSER (constantes no Portal de Compras Governamentais e na nota de empenho pela não possibilidade de edição das informações) e do Edital e seus anexos, este último sempre prevalecerá. Portanto, o fornecedor estará vinculado à sua proposta, que por sua vez deverá atender aos critérios técnicos e de especificação estabelecidos no Edital, Termo de Referência e demais anexos. **Rio de Janeiro, 10 de junho de 2026. Igor Boroto Thomaz - Pregoeiro.**

LASA Prospecções S.A.			
CNPJ/MF nº 33.054.875/0001-25			
Balancço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)			
Ativo	2025	2024	
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.735.433	139.543	
Contas a Receber	6.230.636	-	
Partes Relacionadas	68.118	358.032	
Impostos e Contribuições a Recuperar	825.862	1.817.088	
Despesas Antecipadas	188.213	155.556	
Outros Créditos	10.583	39.504	
Total do Ativo Circulante	9.058.846	2.509.724	
Ativo Não-circulante			
Depósitos Judiciais	4.899.734	4.616.603	
Outros Créditos	1.695	1.695	
	4.901.429	4.618.298	
Investimentos	2.511.587	2.431.645	
Imobilizado	794.970	1.041.551	
	3.306.558	3.473.196	
Total do Ativo Não-Circulante	8.207.987	8.091.494	
Total do Ativo	17.266.833	10.601.218	
Passivo	2025	2024	
Passivo Circulante			
Fornecedores	938.276	378.373	
Partes Relacionadas	9.411.839	5.566.067	
Obrigações Trabalhistas	584.198	578.622	
Obrigações Tributárias	1.805.292	1.717.032	
Outras Contas a Pagar	83.028	46.824	
Receita Diferida	3.479.843	-	
Total do Passivo Circulante	16.302.476	8.286.919	
Passivo Não-circulante			
Partes Relacionadas	-	1.725.139	
Obrigações Tributárias	137.833	7.905	
Total do Passivo Não-Circulante	137.833	1.733.044	
Patrimônio Líquido			
Capital Social	62.892.929	53.713.245	
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	129.433	1.885.955	
Prejuízos Acumulados	(62.195.838)	(55.017.946)	
Total do Patrimônio Líquido	826.524	581.255	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	17.266.833	10.601.218	
Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)			
	2025	2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(-) Lucro (Prejuízo) do exercício			(5.111.117) (3.547.939)
<i>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</i>			
Depreciações e amortizações	263.437	300.505	
Ajuste dos exercícios anteriores	(2.066.775)	(95.862)	
	(6.914.455)	(3.343.296)	
Variações nos ativos e passivos operacionais			
(Aumento) redução de Contas a Receber	(6.230.636)	(356.616)	
(Aumento) redução de Partes Relacionadas	289.913	-	
(Aumento) redução de Outras Contas a Receber	-	1.813.133	
(Aumento) redução de Impostos e Contribuições a Recuperar	991.226	556.609	
(Aumento) redução de Despesas Antecipadas	(32.656)	(94.276)	
(Aumento) redução de Outros Créditos	28.921	(22.251)	
(Aumento) redução de Depósitos Judiciais	(283.131)	(2.877.989)	
Aumento (redução) de Fornecedores	559.903	(1.368.709)	
Aumento (redução) de Partes Relacionadas	5.506.047	1.488.895	
Aumento (redução) de Obrigações Trabalhistas	5.576	(1.489.483)	
Aumento (redução) de Obrigações Tributárias	218.188	83.659	
Aumento (redução) de Outras Contas a Pagar	36.204	5.805	
Aumento (redução) de Receita Diferida	3.479.843	-	
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades operacionais	(2.345.059)	(5.604.520)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	(16.857)	(1.194.600)	
Investimento em empresa coligada	(79.942)	(270.424)	
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(96.799)	(1.465.024)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento (redução) de capital	7.423.161	1.756.523	
Aquisição de empréstimo	4.528.000	-	
Pagamento de empréstimo	(3.288.000)	-	
Partes Relacionadas	(4.385.413)	2.607.992	
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades de financiamentos	4.037.747	4.364.515	
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais e investimentos	1.595.890	(2.705.028)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	139.543	2.844.572	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.735.433	139.543	
	1.595.890	(2.705.028)	
Notas Explicativas			
A LASA Prospecções S.A. é sociedade anônima de capital fechado integrante do Grupo Xcalibur, atuante nos segmentos de aerolevante geofísico e serviços correlatos. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Lei nº 6.404/76. Em 31/12/2025, o capital social integralizado era de R\$ 62.892.928,60. A Companhia mantém operações com partes relacionadas e investimento na LASA Prospecções S.A. - Sucursal Colômbia. Em fevereiro de 2026, auditoria realizada na investidora colombiana identificou risco relacionado à recuperabilidade de créditos tributários, atualmente em avaliação pela Administração. As demonstrações financeiras completas, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.			
LASA Prospecções S.A.		Francisco Regidor - Representante Legal	
Teixeira Contadores - CRC-RJ 002.483/0			

FACADAS

Brasileiro é condenado em Portugal a 20 anos de prisão por matar ex

EDERSON HISING/AE

Um brasileiro foi condenado a 20 anos de prisão pela Justiça de Setúbal, em Portugal, por ter matado a facadas a ex-mulher, também brasileira, em junho de 2025. O barbeiro Gustavo Maciel, ou Guga, conhecido por atender jogadores de futebol contêrraneos, também foi condenado à expulsão do território português.

Maciel havia sido denunciado pelo crime de homicídio qualificado A condenação, proferida no fim de maio, foi divulgada nesta terça-feira, 9, pelo Ministério Público de Portugal.

O crime aconteceu dentro da barbearia do brasileiro, em 16 de junho do ano passado. Ele e a ex-mulher, Iranilcy Oliveira, que foram do Piauí para Portugal, ficaram casados entre 2018 e 2024 e tiveram um filho - que hoje tem 6 anos e mora no Brasil.

De acordo com a denúncia, a relação deles foi "pautada por episódios de violência". No dia do crime, segundo a investigação, a mulher contou ao ex-companheiro que havia começado outra relação amo-

rosa, o que gerou uma discussão violenta.

"Durante a discussão, Gustavo Maciel empunhou uma faca e desferiu vários golpes na vítima, provocando-lhe lesões que acabaram por determinar a morte", informou o Ministério Público português. Após cometer o crime, Maciel ainda ficou cerca de uma hora dentro da barbearia com o corpo da mulher. A investigação apontou que ele não tentou ocultar o cadáver e que estava "presumivelmente em choque".

Na sequência, o barbeiro foi até a sede da polícia em Setúbal, na região do local do crime, e confessou o homicídio. Os policiais chegaram a acionar o socorro até a barbearia, mas a mulher já estava morta. À época, ele foi preso preventivamente.

Os dois se conheceram e casaram no Brasil. A investigação aponta que Iranilcy tinha o sonho de viver em Portugal, mas Maciel não queria, alegando que tinha uma barbearia de sucesso no Brasil e apoio da família - ainda assim, o então casal se mudou para o país europeu, onde a relação se deteriorou.

CÁRMEN LÚCIA

Ministra diz que Código de Ética para STF é 'resposta necessária'



RAISA TOLEDO/AE

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia (foto) afirmou ontem, que pretende concluir uma proposta de Código de Ética para os integrantes do Supremo e entregá-la ao presidente da Corte, ministro Edson Fachin, "muito antes" do fim deste ano.

Segundo ela, o estatuto é uma "resposta necessária" para a sociedade no sentido de esclarecer o comportamento esperado dos magistrados. Escolhida relatora da iniciativa por Fachin em fevereiro deste ano, a ministra contou que tem se dedicado à elaboração do parecer desde que deixou a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), há cerca de três semanas.

"Significa fazer um apanhado das ideias, articular, para ele então oferecer pros colegas, discutir, expor, tentar formar o consenso. A mim coube redigir um articulado e entregar para ele", explicou sobre a tarefa em entrevista na GloboNews.

"Nós temos a Lei Orgânica da Magistratura fixando quais são os deveres, mas ela é da magistratura e não é de amplo conhecimento. Portanto, eu acho que não há demasia nenhuma no Código de Ética", declarou. Ela disse que pretende reunir estudos e experiências internacionais para embasar a discussão sobre a adoção do instrumento.

Para Cármen Lúcia, a proposta tem um aspecto simbólico ao reiterar compromissos

éticos da categoria uma vez que, segundo ela, "o Direito faz a palavra virar a vida". "Na hora que um juiz fixou que a sentença de alguém era dez anos de prisão, isto é a vida dele nos próximos dez anos, não é uma palavra. E o papel do Direito também é este. Quer dizer, quando você oferece um Código de Ética, se compromete, portanto, com aquilo", explicou.

O Código é uma das principais pautas da gestão de Fachin à frente do STF e enfrenta resistência entre os colegas. Como mostrou o Estadão, à exceção da relatora, a Corte está dividida entre apoio parcial e nenhum apoio à proposta.

O ministro Flávio Dino, por exemplo, já manifestou sua discordância e se referiu à iniciativa como "certos discursos superficiais". Ele sugere, alternativamente, uma reforma do Judiciário.

Em evento promovido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) na última semana, Edson Fachin palestrou sobre como integrantes do Poder Judiciário podem trabalhar para melhorar sua imagem perante a sociedade. "As pessoas precisam querer e ter razões para confiar no sistema de Justiça", afirmou.

Ele mencionou o Código de Ética da Magistratura, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2008. Embora o código citado se aplique à magistratura nacional, ele não alcança os ministros do STF, que não estão submetidos ao CNJ.

EMENDAS PIX

Dino impõe multa diária por falta de transparência

RAISA TOLEDO/AE

O ministro Flávio Dino (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem, a aplicação de multa diária a estados e municípios que não prestarem contas sobre o uso de emendas Pix destinadas à realização de eventos entre 2020 e 2024.

A multa foi fixada em 1% do valor da emenda recebida e permanecerá em vigor até que as pendências sejam regularizadas. Estão sujeitos à penalidade os governos que permanecerem sem apresentar planos de trabalho e relatórios de gestão.

O ministro determinou que o Ministério do Turismo identifique, em até dez dias, quais entes federativos continuam sem atender às exigências e os comunique formalmente sobre a aplicação da sanção.

A decisão foi tomada dentro de ação que acompanha o cumprimento das regras de transparência para a execução de emendas. O STF mira os recursos direcionados ao setor de eventos e a relação desses repasses com empresas beneficiadas pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado para auxiliar o setor após os impactos econômicos da pandemia de Covid-19.

"Há mais de um ano esta Re-



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

latoria requisita informações destinadas a viabilizar a completa identificação e fiscalização da aplicação de recursos oriundos de emendas parlamentares direcionadas a eventos executados por empresas beneficiárias do Perse sem que, até o presente momento, tenham sido disponibilizados dados suficientes para tal finalidade", justificou o ministro na decisão.

Segundo ele, a fiscalização se faz ainda mais necessária em razão dos "expressivos benefi-

cios fiscais" concedidos no programa. "A título ilustrativo, imaginemos a repugnante hipótese de uma empresa participar de 'esquemas' de desvio de dinheiro público destinado por emendas, e ainda ser beneficiada por incentivos fiscais", exemplificou.

Flávio Dino também determinou que a Controladoria-Geral da União (CGU) realize auditoria sobre os repasses feitos aos entes que já apresentaram seus planos de trabalho e rela-

tórios de gestão. O órgão deve examinar a documentação e verificar a adequação dos preços praticados, se os eventos foram efetivamente realizados e se houve proporcionalidade entre seu porte e os recursos empregados.

A CGU terá prazo de cinco dias úteis para apresentar um cronograma dos trabalhos. Em outra frente, também ficará responsável por fiscalizar a conta que receberá os valores arrecadados com as multas.

EM BUSCA DE VOTOS

Flávio vai impor castração química para estuproador, caso seja eleito

NAOMI MATSUI
E ISADORA DUARTE/AE

O senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato à Presidência pelo PL, afirmou ontem, que, se eleito, trabalhará pela aprovação da castração química para estuproadores. Ele também reafirmou seu apoio à redução da

maioridade penal.

"Juntos, vamos libertar o povo brasileiro desse poder paralelo, desses narcotraficantes. Porque vamos deixar eles muito mais tempo presos. Nós vamos reduzir a maioria penal. A gente vai aprovar castração química pra estuproador", declarou, durante discurso na

Bahia Farm Show. O evento é a maior feira agropecuária do Nordeste realizada pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) em Luís Eduardo Magalhães, no oeste do Estado.

Flávio tem dito que será "radical" na segurança pública e tem defendido a construção de

presídios como forma de reduzir a criminalidade. "Vamos libertar cada baiano que hoje mora em uma área dominada por esses narcoterroristas. Porque esses marginais têm até o final do ano para deixar o Brasil. Senão, eles vão ser presos ou neutralizados pela nossa polícia", continuou.

MILITANTES DIGITAIS

PT lança 'Porta-Vozes do Lula', iniciativa com missões e ranking digital de apoiadores

LEVY TELES/AE

O PT lançou, ontem, o Porta-Vozes do Lula, iniciativa focada em organizar militantes digitais em torno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o intuito de defender o governo e coordenar a ofensiva contra opositores.

O Porta-Voz do Lula reunirá não apenas petistas mas outros parlamentares e apoiadores de partidos da base, como PCdoB, PSOL e PSB para mobilizar

apoiadores.

Segundo o partido, a proposta é "criar uma ampla rede de comunicação popular capaz de dialogar diariamente com a sociedade, combater a desinformação, divulgar ações do governo federal e fortalecer a participação cidadã nas redes sociais".

Integrantes se inscrevem na iniciativa participarão de grupos de WhatsApp e receberão conteúdos para divulgar nas redes sociais.

A iniciativa funcionará como

um game - os participantes receberão missões diárias para cumprir. Conforme forem cumpridas, eles receberão pontos que servirão para subir num ranking de porta-vozes de Lula.

"Sua voz é a voz de Lula em cada conversa. Na conversa com familiares, amigos, vizinhança, pessoal da escola, do trabalho, da igreja, de todo canto por onde você passa", diz o vídeo que o porta-voz recebe ao se inscrever.

A primeira missão dada é tra-

zer o máximo de pessoas para a iniciativa. Quanto mais indicações, mais pontos.

Para o Secretário de Comunicação do PT, Édson Valadares, a disputa política acontece nas redes. "Em um cenário marcado pela circulação acelerada de informações e pela disseminação de notícias falsas, fortalecer vozes comprometidas com a democracia, a verdade e os interesses nacionais tornou-se uma tarefa estratégica para o futuro do Brasil", disse.

AZEVEDO MARQUES

Se Justiça eleitoral tardou, já falhou, diz ministro do TSE

LAVÍNIA KAUCZ/AE

Em referência ao ditado que diz que "a Justiça tarda, mas não falha", o ministro Floriano de Azevedo Marques, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disse que, se o Judiciário eleitoral demorar para agir, "já falhou". A fala foi feita em congresso da Associação Brasileira de Internet (Abranet) realizado

nesta terça-feira, 9, em Brasília.

"Na Justiça eleitoral, se tardou, já falhou. Depois do pleito, tudo que você pode fazer é reparar, casar, e é uma violação. Tirar um candidato eleito porque praticou uma fraude é necessário, mas é um trauma porque tem gente que votou nele", afirmou.

O ministro também comentou a resolução do TSE que proíbe a

circulação de conteúdos sintéticos a respeito de candidatos no prazo de 72h antes e 24h depois das eleições. Segundo ele, o objetivo da proibição antes das eleições é dar tempo para a Justiça reagir e "neutralizar o impacto" potencialmente negativo da postagem.

"Se tiver conteúdo sintético que não é, em si, ilícito, mas falso, você dá algum tempo para que

possa haver reação da Justiça e dos outros candidatos para neutralizar o impacto daquilo", afirmou.

Já a proibição nas 24h seguintes às eleições, disse o ministro, é para "evitar que conteúdo sintético seja feito para desqualificar resultado da eleição".

"(Para evitar que) naquele calor da apuração das urnas, você tenha campanha de inteligência artificial fingendo fraudes que não existiram", acrescentou.

Questionado sobre a extensão da norma (se é dever das plataformas monitorar e remover as postagens), Floriano respondeu que "a regra é para a difusão de conteúdo, ela é de maneira ampla".

BOLSONARISMO

TSE suspende julgamento de 'censura' de Kassio a pesquisa

LAVÍNIA KAUCZ/AE

Após pedido de vista da ministra Estela Aranha, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) suspendeu o julgamento da liminar do ministro Kassio Nunes Marques que proibiu novas divulgações de pesquisa AtlasIntel que apontou queda de seis pontos percentuais na intenção de voto no senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para a presidência da República.

Antes da suspensão, apenas Nunes Marques (foto) votou. Ele defendeu a manutenção da decisão e também propôs que a Corte defina critérios mais rígidos para as pesquisas eleitorais.

O ministro Dias Toffoli também defendeu a criação de parâmetros em relação ao futuro. "Não estamos a julgar esta pesquisa, esta já foi divulgada e já surtiu efeito. O que estamos a definir aqui é quais são os parâmetros em relação a toda e qualquer pesquisa e todo e qualquer candidato", afirmou.

"O que nós vamos decidir neste caso, é o futuro: pesquisa pode tudo ou não pode tudo, e qual é o limite entre o que é induzimento e o que não é induzimento. Esse limite não pode ser subjetivo", acrescentou. O ministro André Mendonça emendou: "Nem tendencioso".

Toffoli também disse que "o povo decide quais institutos são sérios e quais não são sérios". "Eu sinceramente, por mim, não precisáramos estar passando por um julgamento como esse, porque para mim as pesquisas deveriam ser liberadas comple-



ANDRESSA ANHOLETE/STF

tamente", afirmou.

Para o ministro, "pesquisa é para medir opinião pública, não é para formar opinião pública".

A suspensão da divulgação atendeu a pedido do PL. O levantamento foi divulgado em 19 de maio, dias após a revelação de áudio em que Flávio pede dinheiro a Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, para o filme Dark Horse, sobre a vida do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em sustentação oral, a advogada do PL, Maria Claudia Bucchianeri, argumentou que a pesquisa tem um problema "fatal" porque "não trouxe a íntegra do questionário, porque submeteu um vídeo aos questionados, mas essa mídia não foi anexada". "Eu

não tenho como saber qual foi o vídeo mostrado aos entrevistados", reiterou.

O advogado Gualter Rafael Maciel Bezerra, que representa a AtlasIntel, sustentou que não houve violação à lei. "A representação não aponta violação objetiva à legislação eleitoral. Na verdade, o que se tem é uma discordância da metodologia com relação ao fato político público e notório, qual seja, a relação entre Flávio Bolsonaro com Daniel Vorcaro e com a questão do Banco Master", afirmou.

Na ação que pediu a suspensão da pesquisa, o PL argumentou que o questionário induziu os entrevistados de forma negativa em relação a Flávio com

perguntas relacionadas às investigações envolvendo o Banco Master.

Para o PL, o uso de expressões como "esquema de fraudes financeiras", "escândalo" e "evidências de envolvimento direto" antes das questões relativas à intenção de voto, teriam potencial para influenciar as respostas.

Em comunicado, a AtlasIntel afirmou que o áudio da conversa foi exibido após o fim do questionário principal da pesquisa. Segundo o instituto, os entrevistados já haviam respondido às perguntas eleitorais e não podiam mais alterar as respostas quando foram direcionados a uma página separada para ouvir o material.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Câmara parada e falta de acordo no Senado barram regulamentação

VICTOR OHANA/AE

O projeto de lei de regulamentação da inteligência artificial no Brasil continua travado na Câmara, por conta da decisão do governo de manter o trancamento da pauta dos deputados e por falta de acordo com o Senado. A proposta está sob a relatoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e ainda precisa ser aprovada na comissão especial da Câmara. Após reunião de líderes ontem, não houve atualizações do calendário de tramitação.

O andamento do projeto de regulamentação da IA fica travado com a decisão do governo de manter a urgência constitucional sobre o projeto de lei que estabelece o fim da escala 6x1. O instrumento trancou a pauta em 30 de maio. Conforme mostrou o Broadcast Político, o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), disse que o governo usa o mecanismo para pressionar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a pautar a votação da PEC da redução da escala de trabalho.

À reportagem, a presidente da comissão especial sobre a

inteligência artificial, deputada Luísa Canziani (União-PR), afirmou que o projeto também está "sem alinhamento com o Senado". Além disso, segundo líderes partidários, há discordância sobre incluir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata) na proposta sobre inteligência artificial. O projeto sobre o Redata já passou pela Câmara, mas parou no Senado.

A morosidade da tramitação do projeto se dá a cerca de um mês do recesso legislativo da Câmara, previsto para julho. Em seguida, os trabalhos devem ser interrompidos pela eleição. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tinha a perspectiva de dar andamento à matéria nesta semana.

"Estamos tentando construir, a priori não será votado nesta semana, porque tem que ver como vai ficar o relatório. Tem essa questão do trancamento da pauta também e tem a conversa com o Senado. A gente está vendo como vai ficar", disse Motta a jornalistas, mais cedo, antes da reunião do colégio de líderes da Câmara.

BOLSONARO

Defesa pede visita de nora e netas no dia de jogos do Brasil

GUILHERME MATOS/AE

A defesa de Jair Bolsonaro protocolou, ontem, uma petição no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo autorização para que duas netas menores de idade e a nora possam visitar o ex-presidente no próximo dia 13 de junho. A data é a estreia da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2026.

O pedido foi dirigido ao ministro Alexandre de Moraes. Os advogados identificaram as visitantes como "integrantes de seu núcleo familiar próximo".

A nora do pedido é Fernan-

da Antunes Figueira Bolsonaro - esposa do pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro. As netas são as filhas do casal.

Bolsonaro cumpre prisão domiciliar humanitária em Brasília desde 24 de março, quando recebeu alta após duas semanas de internação em tratamento intensivo por uma pneumonia bacteriana. A medida foi concedida por Moraes para permitir sua recuperação. O ex-presidente foi condenado pela Primeira Turma do STF, em setembro de 2025, a 27 anos e 3 meses de prisão por seu papel na tentativa de golpe de estado.

VAGA DE CARMEN LÚCIA

Toffoli toma posse no TSE e diz que Justiça não decide eleição

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Dias Toffoli tomou posse ontem no cargo de ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão responsável pela organização das eleições de outubro.

Toffoli ocupará a vaga de Carmen Lúcia, que deixou o tribunal após completar mandato de dois anos no comando da Corte.

Em um breve discurso, o ministro disse que terá o compromisso de garantir a soberania do voto do eleitor nas eleições.

"Quem decide o processo eleitoral é o povo, não é a Justiça. Quem decide o voto é o senhor do voto. O efetivo momento em que todos brasileiros são efetivamente iguais é no momento de depositar o voto na urna eletrônica", afirmou.

COMPOSIÇÃO

O TSE é composto por sete ministros, sendo três do STF, dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois advogados indicados pelo presidente da República, além dos respectivos substitutos.

MAIORES DE 16 ANOS

CCJ da Câmara adia votação de PEC da redução da maioridade penal

GUILHERME MATOS/AE

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), da Câmara dos Deputados, suspendeu ontem, a votação da proposta que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2015 deverá ser analisada hoje.

O adiamento ocorreu por conta do início das votações no Plenário da Câmara. Há duas semanas, a análise também foi suspensa, mas por um pedido de vista.

O relator da proposta, deputado Coronel Assis (PL-MT),

apresentou parecer favorável à mudança na lei. Ele argumenta que a medida não viola acordos internacionais nem cláusula pétrea da Constituição. No entanto, o parlamentar retirou do texto a emenda cujo texto permitia aos jovens de 16 anos o casamento, a celebração de contratos, a retirada de carteira de habilitação e o voto obrigatório.

Além disso, o texto original mudava as idades mínimas para se candidatar aos cargos de presidente, senador, deputado federal, estadual, prefeito e vereador. O trecho também foi retirado pelo relator.

O tema divide integrantes da CCJ. A deputada Érica Kokay (PT-DF) argumentou que a proposta fere a Constituição. Para ela, a definição da maioridade é uma cláusula pétrea, ou seja, não pode ser alterado por PEC.

A deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) também criticou a proposta e contestou a premissa de que adolescentes são responsáveis pela maioria dos crimes violentos. "Há uma baixa incidência de crimes contra a vida cometidos por adolescentes. O socioeducativo funciona mais", afirmou.

A deputada Bia Kicis (PL-DF)

reconheceu que a redução não resolve sozinha o problema da violência, mas defendeu a aprovação como resposta à "angústia" da população.

A análise pela CCJ é apenas o primeiro passo da tramitação. Se aprovada na comissão, a PEC ainda precisará passar por uma comissão especial e, em seguida, pelo Plenário da Câmara, em dois turnos de votação.

Hoje, jovens que cometem infrações graves cumprem medidas socioeducativas de internação por, no máximo, três anos, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

LIGAÇÃO COM PCC

STJ nega habeas corpus para influenciadora Deolane Bezerra

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou ontem um pedido de liberdade da defesa da influenciadora e advogada Deolane Bezerra (foto), presa no dia 21 de maio em operação do Ministério Público de São Paulo e da Polícia Civil paulista.

Ação das autoridades, chamada de Operação Vêrnix, investiga um esquema de lavagem de dinheiro da facção Primeiro Comando da Capital (PCC).

A defesa da influenciadora entrou com um pedido de habeas corpus que pretendia converter sua prisão preventiva em domiciliar, pelo fato de ser mãe e única responsável por uma criança de 9 anos. O recurso foi julgado pela Quinta Turma do STJ, que rejeitou por unanimidade a reiter dos advogados de defesa e teceu os argumentos para



DIVULGAÇÃO

a prisão da influenciadora.

"Consta exposição individualizada e pormenorizada da participação da agravante nos cri-

mes em apuração, indicando seu intenso envolvimento com a organização criminosa e com o esquema de lavagem de dinhei-

ro descoberto pelos órgãos de persecução penal".

No dia 21 de maio, Deolane foi detida em casa, uma mansão que fica em Alphaville, bairro que concentra condomínios luxuosos na região metropolitana de São Paulo.

Com mais de 20 milhões de seguidores nas redes sociais, a influenciadora foi indiciada pelos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro. Ela está detida na Penitenciária Feminina de Tupi Paulista, no interior de São Paulo.

Deolane foi presa pela primeira vez em setembro de 2024, durante desdobramentos da Operação Integritation. Na época, ela foi detida em Recife pela Polícia Civil, que investigava um esquema de lavagem de dinheiro e jogos ilegais.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

COMÉRCIO COM OS EUA

Canadá tem superávit em abril e exportações batem recorde

O superávit comercial de bens do Canadá com o mundo aumentou para o maior em mais de um ano, à medida que as remessas de petróleo bruto e veículos para os EUA impulsionaram as exportações para um recorde, apesar das tarifas em vigor.

O país registrou um superávit comercial de mercadorias de 2,72 bilhões de dólares canadenses (US\$ 1,95 bilhão) em abril, informou o Statistics Canada na terça-feira, 9. Este foi o maior desde janeiro de 2025 e ligeiramente acima do saldo comercial positivo de 2,55 bilhões de dólares canadenses que os economistas previam.

Como esperado, o aumento nos preços da energia com a guerra no Irã inflacionou o valor das exportações e mais do que compensou uma forte retração nas remessas voláteis de ouro.

O Canadá agora acumulou superávits comerciais em dois meses deste ano, após um superávit de 1,75 bilhão de dólares canadenses em março. Isso apoia uma estimativa inicial de que a economia se recuperou após encolher ligeiramente no primeiro trimestre, provavelmente impulsionada em parte por exporta-

ções mais fortes.

As exportações de bens canadenses aumentaram 1,6% em relação ao mês anterior, para 75,16 bilhões de dólares canadenses, e saltaram quase 25% em relação ao ano anterior. Ao mesmo tempo, o valor das importações subiu 0,3% em abril, para um recorde de 75,44 bilhões de dólares canadenses, informou a agência nacional de dados.

As remessas para os EUA aumentaram 4,8% e as importações subiram 1,6%, ampliando o superávit de longa data do Canadá com seu maior parceiro comercial para 9,48 bilhões de dólares canadenses, o maior desde fevereiro do ano passado. Recentemente, o Banco do Canadá (BoC) destacou as relações comerciais dos EUA, diante das novas políticas tarifárias e renegociação do USMCA, e a guerra no Oriente Médio como os principais riscos para a economia canadense.

Em termos de volume, as exportações totais aumentaram 3% entre março e abril. Mas, enquanto o comércio com os EUA aumentou em abril, as exportações canadenses para outros países caíram 4,8%, em grande parte devido à queda nos negócios de ouro.

EUA

Carolina do Sul realiza primárias com Trump no centro das disputas

Os eleitores da Carolina do Sul participam ontem das primárias para governador e Senado dos Estados Unidos, em um teste da influência de Donald Trump em um estado dominado pelos republicanos há décadas.

Na corrida pelo governo estadual, Trump apoia a atual vice-governadora Pamela Evette, que disputa a indicação republicana contra nomes como a deputada federal Nancy Mace, o deputado Ralph Norman e o empresário Rom Reddy. A expectativa é avaliar se o respaldo do presidente será suficiente para garantir a vitória de Evette no primeiro turno ou levar a disputa para um segundo turno em 23 de junho.

A busca pelo apoio de Trump marcou a campanha republicana. Evette destacou frequentemente sua proximidade com o presidente e recebeu também o apoio do governador Henry McMaster, aliado histórico do republicano. Mace, por sua vez, tenta manter espaço dentro da base trumpista apesar de críticas feitas ao presidente após a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021.

Outra disputa relevante é a primária republicana para o

Senado. O senador Lindsey Graham busca a indicação para concorrer ao quinto mandato. Aliado próximo de Trump e um de seus interlocutores mais frequentes no Congresso, Graham recebeu o endosso presidencial antes mesmo do início formal da campanha.

Seu principal adversário é o empresário Mark Lynch, que se apresenta como candidato da corrente "America First" e argumenta que Graham não é conservador o suficiente para representar o Estado. Trump, porém, já classificou Lynch nas redes sociais como um "lunático" e um "desastre para o Partido Republicano".

Os democratas tentam encerrar um longo jejum de vitórias em eleições estaduais. Na disputa para governador, o deputado estadual Jermaine Johnson aparece entre os principais candidatos do partido. Para o Senado, a médica Annie Andrews concorre à indicação democrata. Apesar da expectativa de que a insatisfação com Trump beneficie a oposição, os democratas enfrentam uma tarefa difícil em um Estado onde não conquistam o governo nem uma cadeira no Senado há décadas.

Nota

MAIS DE 32 MIL FICAM DESALOJADOS APÓS TERREMOTO DE MAGNITUDE 7,8 NAS FILIPINAS

Equipes de resgate mantêm as buscas em edifícios destruídos no sul das Filipinas após o terremoto de magnitude 7,8 que atingiu a região na véspera deixar ao menos 37 mortos, quase 500 feridos e mais de 32 mil pessoas fora de casa. As operações se concentram principalmente em áreas próximas ao epicentro do tremor, na ilha de Mindanao, onde autoridades ainda tentam confirmar se há vítimas sob os escombros de construções que desabaram ou ficaram gravemente danificadas. Embora os registros oficiais apontem apenas quatro desaparecidos, o Escritório de Defesa Civil informou que diversos prédios ainda precisam ser inspecionados detalhadamente. O terremoto, considerado um dos mais fortes a atingir o arquipélago nas últimas décadas, provocou uma onda de deslocamentos. Muitas famílias deixaram suas residências por receio de novos tremores e da possibilidade de tsunami, buscando abrigo em centros de emergência montados pelas autoridades.

GUERRA

Trump acusa Irã de derrubar helicóptero e diz que vai revidar

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, culpou o Irã pelo abate de um helicóptero do Exército americano perto do Estreito de Ormuz ontem. O republicano afirmou que os EUA devem responder ao ataque.

Um barco-drone resgatou dois pilotos do Exército que estavam a bordo do helicóptero de ataque Apache quando ele caiu perto da via navegável que o Irã fechou efetivamente durante sua guerra contra os EUA e Israel.

Trump disse em uma publicação nas redes sociais que ambos os militares "estão bem e ileso". "No entanto, os Estados Unidos devem, por necessidade, responder a este ataque", escreveu Trump.

Autoridades militares não revelaram o que causou a queda do helicóptero Apache, infor-

mando que o acidente está sob investigação. Pouco antes de publicar sua acusação, Trump afirmou que acabara de saber que o Irã era o responsável.

O helicóptero caiu enquanto o Oriente Médio ainda se recuperava após Irã e Israel trocaram tiros no dia anterior, no maior golpe até então após o frágil cessar-fogo na guerra. A televisão estatal iraniana informou na terça-feira que os ataques israelenses mataram pelo menos dois membros das unidades de defesa aérea do país.

RESGATE

O acidente ocorreu por volta das 3h30 da manhã, horário local, na costa de Omã, enquanto o helicóptero realizava uma patrulha, informou o Comando Central dos EUA.

Um barco não tripulado localizou os dois aviadores depois

que eles passaram cerca de duas horas na água, disse o capitão Tim Hawkins, porta-voz do Comando Central dos EUA. Ele afirmou que este foi o primeiro resgate marítimo conhecido realizado por um drone pelas Forças Armadas dos EUA.

Os helicópteros AH-64 Apache têm sido um recurso fundamental para as Forças Armadas americanas na imposição do bloqueio aos carregamentos de petróleo bruto e aos petroleiros iranianos, com o objetivo de pressionar Teerã a chegar a um acordo para colocar fim à guerra.

Os helicópteros também têm sido usados pelos Emirados Árabes Unidos para derrubar drones iranianos. O drone usado para realizar o resgate era uma embarcação de 7,3 metros chamada Corsair, disse Hawkins. Ele é fabricado pela Saronic

Technologies.

O drone foi designado para a Força-Tarefa 59, criada em 2021 como a primeira unidade não tripulada e de inteligência artificial da Marinha que se concentra na segurança marítima no Oriente Médio, incluindo o Estreito de Ormuz e o Canal de Suez.

Desde que os EUA e Israel começaram a atacar o Irã em 28 de fevereiro, a guerra abalou a economia global, elevou os preços da energia em todo o mundo e encareceu muitos produtos básicos, incluindo alimentos.

Autoridades não conseguiram transformar o cessar-fogo de abril em um acordo para encerrar definitivamente o conflito, especialmente à medida que Israel intensifica e expande sua campanha militar no Líbano contra o grupo radical xiita Hezbollah, que é pró-Irã.

Cessar-fogo no Irã, no Líbano e em Gaza deve ser respeitado, diz António Guterres

PATRICIA LARA/AE

O secretário-geral das Nações Unidas (ONU), António Guterres, disse que está profundamente alarmado com a renovada escalada no Oriente Médio e pediu o fim imediato de todos os ataques.

"Os cessar-fogos no Líbano, Irã e Gaza devem ser plenamente respeitados", disse Guterres em publicação no X. "Qualquer passo que possa comprometer os esforços diplomáticos em curso deve ser evitado", completou o dirigente ontem.

Guterres também disse que está profundamente preocupado com a decisão de Israel de fechar os cruzamentos para Gaza e reiterou o apelo pela reabertura imediata de todos os cruzamentos, para garantir a passagem rápida,

segura e irrestrita de assistência humanitária em grande escala por toda Gaza.

Em meio à crescente pressão sobre a política de assentamentos israelenses e a violência na Cisjordânia, ministros das Relações Exteriores da Austrália, Canadá, França, Noruega e Reino Unido anunciaram medidas coordenadas para introduzir sanções e outras iniciativas a fim de responsabilizar os "colonos extremistas pelos níveis horríveis de violência perpetrada contra civis palestinos", segundo comunicado do governo britânico.

Em apoio à recuperação em Gaza, o Reino Unido anunciou o fornecimento de 1 milhão de libras esterlinas para desminagem humanitária e pelo menos 10 milhões de libras esterlinas para

apoiar a Autoridade Palestina na superação da crise fiscal e na manutenção de serviços essenciais, segundo comunicado.

Em relação às novas sanções, o Reino Unido terá como alvo seis entidades e um indivíduo envolvidos no financiamento, facilitação e prática de violência por parte de colonos na Cisjordânia ocupada. A Austrália e a Nova Zelândia publicaram sanções coordenadas na semana passada.

Já a França proibiu a entrada do ministro das Finanças de Israel, Bezalel Smotrich, no país, tornando-se a mais recente nação ocidental a tomar medidas diretas contra membros importantes da coalizão do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, segundo a EuroNews.

Divulgado ontem, o relatório

da Comissão de Inquérito sobre o Território Palestino Ocupado da ONU concluiu que as autoridades israelenses facilitaram os ataques de colonos por meio de apoio financeiro e militar, num clima de impunidade fomentado pelos órgãos judiciais e policiais. O relatório também concluiu que o grupo militante palestino Hamas cometeu crimes de guerra contra palestinos e israelenses.

"A violência perpetrada por colonos é o resultado direto das políticas israelenses que apoiam, permitem e protegem suas ações, enquanto as forças ligadas ao Hamas exploraram o vácuo criado pelos implacáveis ataques israelenses e pela destruição generalizada de Gaza", afirmou o presidente da Comissão. Srinivasan Muralidhar.

GENOCÍDIO

Israel faz novos ataques no sul do Líbano após trégua com o Irã

GEOVANNA HORA/AE

Israel ordenou que os moradores da cidade de Tiro, a cerca de 80 quilômetros de Beirute, deixassem suas casas e realizou novos ataques no sul do Líbano ontem, após acusar o grupo militante Hezbollah de violar o frágil cessar-fogo em vigor entre os dois lados.

O porta-voz do Exército israelense, Avichay Adraee, afirmou que todos os residentes de Tiro e dos arredores, inclusive os que vivem no Bairro Cristão, que havia sido poupado em outros momentos, deveriam deixar suas casas imediatamente.

"À luz da violação do acordo de cessar-fogo pelo grupo terrorista Hezbollah e do ataque à frente in-

terna israelense, o Exército são obrigadas a agir com força contra ele", escreveu Adraee em publicação no X.

Adraee orientou os moradores a se deslocarem para o norte do rio Zahrani. "Qualquer deslocamento ao sul do rio Zahrani poderá colocar sua vida em risco", disse.

Menos de duas horas após a ordem, a Agência Nacional de Notícias do Líbano (NNA, na sigla em inglês) relatou diversos ataques com aviões e drones no sul do país, em cidades como Srafa e Haris.

Segundo a agência, pelo menos nove pessoas morreram e 29 ficaram feridas em bombardeios no bairro Al-Masaken Al-Shaabiyah, em Tiro. Os ataques tam-

bém causaram grande destruição em estabelecimentos comerciais.

A NNA informou que a região enfrenta uma onda de deslocamento nesta terça, com abrigos lotados, e que a Defesa Civil trabalha para ajudar idosos e outros moradores que não conseguiram se deslocar sozinhos para locais seguros temporários.

Os novos ataques ocorrem em meio a uma escalada na tensão entre Israel e Irã.

No domingo passado Israel atacou o sul de Beirute para retaliar disparos do Hezbollah na fronteira. Em resposta, Teerã lançou mísseis contra Israel pela primeira vez desde a entrada em vigor do cessar-fogo entre os dois países, em 8 de abril. Em resposta, as IDF anunciaram ataques con-

tra diversos alvos em território iraniano.

No entanto, após um apelo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para que as agressões fossem interrompidas na segunda-feira, 8, o Irã afirmou que suspenderia novos bombardeios, desde que Israel não realizasse novas ações, inclusive no Líbano.

Na madrugada desta terça-feira, Trump chegou a dizer que um acordo entre Washington e Teerã para encerrar o conflito estava em "fase final" e que sua conclusão levaria "dois ou três dias". No entanto, os novos ataques israelenses podem dificultar as negociações, já que uma das exigências do Irã é o fim das ofensivas em todas as frentes, incluindo o território libanês.

PÂNICO GERAL

Urso que manteve cidade japonesa em alerta por quatro dias é capturado

Um urso que circulava por áreas urbanas da cidade de Utsumomiya, ao norte de Tóquio, no Japão, foi capturado ontem, após vários dias de buscas que levaram ao fechamento de escolas e ao reforço dos alertas à população.

O animal foi visto pela pri-

meira vez no sábado passado, nas proximidades de um parque da cidade, que tem cerca de 500 mil habitantes. Nos dias seguintes, autoridades receberam dezenas de relatos de novos avistamentos, inclusive perto de uma biblioteca, escolas e um centro comunitário.

Diante da preocupação com a segurança dos moradores, a prefeitura decidiu suspender as atividades de todas as escolas municipais na segunda e na terça-feira. O alerta também chegou a uma universidade local, que cancelou as aulas após o urso ser visto dentro do campus.

Para localizar o animal, as autoridades utilizaram drones e intensificaram o monitoramento da região. Ao longo da operação, a prefeitura divulgou avisos nas redes sociais e enviou veículos equipados com alto-falantes para orientar a população.

Os moradores foram aconselhados a procurar abrigo em edifícios ou veículos caso encontrassem o urso, além de manter portas e janelas fechadas e evitar deixar lixo exposto durante a noite, medida adotada para não atrair o animal.